

PARECER INDEPENDENTE

sobre a 2ª emissão de títulos sustentáveis da BRK Ambiental Participações S.A.¹

Valor da emissão: até R\$ 1.600.000.000,00

Prazo de vencimento: 2027 (5 anos)





Alinhamento com ODS

Alinhamento com categorias GBP

- Prevenção da contaminação de corpos hídricos e do solo;
- Conservação da biodiversidade;
- Gestão ambiental sustentável dos corpos hídricos;

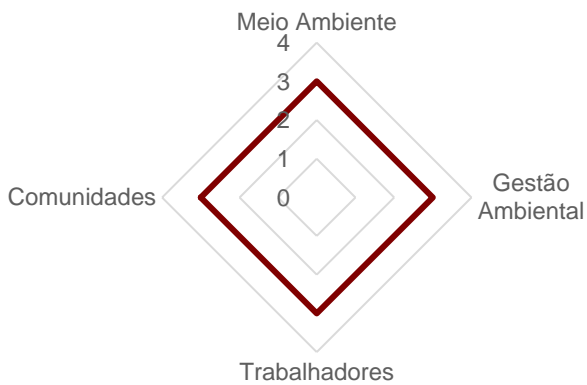
Alinhamento com categorias SBP

- Acesso a serviços de infraestrutura básica (saneamento) para população vulnerável

GBP e SBP	Nível de alinhamento com as melhores práticas	Pontos Fortes	Pontos de melhoria
Uso de Recursos	 Satisfatório	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 22% dos recursos direcionados para financiamento de CAPEX de infraestrutura de saneamento básico; ✓ Projetos localizados em regiões geográficas de déficit de abastecimento de água e coleta de esgoto; 	<ul style="list-style-type: none"> * Cerca de 78% dos recursos para refinanciamento de dívidas, sendo ~50% para refinanciamento de outro título sustentável. * Prazo para alocação dos recursos nos projetos é superior a 24 meses da emissão
Seleção e avaliação de projetos	 Confortável	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Emissão alinhada com a estratégia ASG do emissor; ✓ Emissor possui sistema de gestão socioambiental adequado para gerenciar potenciais impactos negativos dos projetos; ✓ Projetos possuem as licenças vigentes ou em processo de renovação; ✓ Atualmente, 3.951.736 pessoas são atendidas pelos projetos elegíveis de esgotamento sanitário e água 	<ul style="list-style-type: none"> * Histórico de controvérsias envolvendo o emissor (ver seção III)
Gestão de Recursos	 Confortável	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 22% dos recursos da debênture em gastos futuros no período de 2022 a 2025 em projetos de saneamento básico a serem avaliados na etapa de pós-emissão; ✓ Baixo risco de contaminação dos recursos temporariamente não alocados; ✓ A BRK informou que a emissão possuirá mecanismos para redirecionamento de recursos caso os projetos falhem em atingir os critérios GBP 1 e 2. Porém, não foi estabelecido um prazo para essa realocação; ✓ Projetos já foram objeto de outras emissões sustentáveis da empresa. 	<ul style="list-style-type: none"> * Recursos para gastos futuros não são segregados em conta específica;
Relato	 Liderança	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Relato de indicadores financeiros e de impacto socioambiental ocorrerá anualmente até o vencimento da operação; ✓ Indicadores financeiros e de impacto socioambiental serão verificados por uma terceira parte em até 24 meses da emissão; ✓ Parecer independente será disponibilizado publicamente. 	

¹10ª (décima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da BRK Ambiental Participações S.A ("BRK" ou "Emissora").

Gestão socioambiental da BRK Ambiental²



Destaques da performance socioambiental

Pontos fortes

- ✓ Plano de Segurança da Água (PSA) mapeia todo o sistema de abastecimento nos municípios atendidos, possibilitando a identificação de riscos e fragilidades;
- ✓ Implantação do sistema Nereda nas Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), promovendo a redução das emissões de gases de efeito estufa;

Pontos de melhoria

- × Projetos impactam Áreas de Preservação Permanente (APPs) nos estados de Santa Catarina, São Paulo, Goiás e Tocantins
- × Projetos impactam sítios arqueológicos na Região Metropolitana de Recife (RMR)

² Em que 1 representa uma gestão socioambiental “insuficiente” dos ativos elegíveis, 2 representa uma gestão “satisfatória”, 3 representa uma gestão “confortável” e 4 representa uma gestão “superior”.

Sobre a SITAWI

A SITAWI é uma organização brasileira que mobiliza capital para impacto socioambiental positivo. Desenvolvemos soluções financeiras para impacto social e assessoramos o setor financeiro a incorporar questões socioambientais na estratégia, gestão de riscos e avaliação de investimentos. Somos uma das 5 melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o *Extel Independent Research in Responsible Investment* – IRRRI 2019 e a primeira organização brasileira a avaliar as credenciais de Títulos Verdes.

Sumário

Sobre a SITAWI	3
I. Escopo	4
Declaração de Responsabilidade.....	6
II. Opinião.....	7
III. Performance Socioambiental dos projetos elegíveis	17
IV. Performance Socioambiental da BRK Ambiental.....	23
Controvérsias	29
Anexo I – Relevância dos serviços de saneamento básico.....	34
Anexo II – Gestão de Recursos.....	39
Método	41
Formulário Green and Social Bond Principles.....	44

I. Escopo

O objetivo deste Parecer Independente é prover uma opinião sobre o enquadramento como Título Sustentável (“Sustainable Bond”) da 10ª (décima) emissão de debêntures a ser emitida pela BRK Ambiental Participações S.A. (BRK). Os recursos da emissão serão destinados ao refinanciamento de dívidas e investimentos futuros relacionados à implantação de Projetos em Gestão Sustentável da Água e Esgoto, categoria elegível conforme os GBP, e em Acesso a Infraestrutura Básica, categoria elegível conforme os SBP. Do ponto de vista ambiental, previne a poluição e promove a gestão ambiental sustentável dos recursos naturais. Do ponto de vista social, provê serviços básicos à população que vive em situação de pobreza e vulnerabilidade a riscos sanitários, melhorando a qualidade de vida destas.

Para fins de atribuição de rótulo sustentável à operação, o ‘uso de recursos’ avaliado pela SITAWI pode ser constituído por investimentos, dívidas, custos ou despesas operacionais, passadas ou futuras, da emissora. Dessa forma, os ‘usos de recursos’ mencionados ao longo do presente relatório não estão se referindo a destinação de recursos prevista pelos instrumentos financeiros (debêntures), que são regidos por regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e sim a investimentos futuros ou passados associados às operações da BRK Ambiental Participações S.A.

A SITAWI utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado com os *Green Bond Principles* (GBP)³, *Social Bond Principles* (SBP)⁴, *Sustainability Bonds Guidelines* (SBG)⁵, *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU)⁶, os *Padrões de Desempenho da International Finance Corporation (IFC)*⁷ e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos Internacionalmente.

A opinião da SITAWI é baseada em:

- Características da emissão, baseada na análise da minuta da escritura da debênture;
- Performance socioambiental dos projetos, de acordo com os processos de licenciamento e procedimentos de gestão;
- Performance Ambiental, Social e de Governança (ASG) da BRK, a partir da avaliação das políticas e práticas empresariais.

A análise deste parecer utilizou informações e documentos fornecidos pela BRK, alguns de caráter confidencial, pesquisa de mesa e entrevistas realizadas remotamente com equipes responsáveis pela emissão da debênture, pelos projetos e pela gestão empresarial, realizadas remotamente. Esse processo foi realizado em março de 2022.

O processo de avaliação consistiu em:

- Planejamento da avaliação;
- Realização da avaliação, incluindo a preparação do cliente, obtenção de evidências e avaliação;
- Elaboração da conclusão da avaliação;
- Preparação do relatório da avaliação.

³ <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Green-Bond-Principles-June-2021-140621.pdf>

⁴ <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Social-Bond-Principles-June-2021-140621.pdf>

⁵ <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Sustainability-Bond-Guidelines-June-2021-140621.pdf>

⁶ <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

⁷ https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards

A SITAWI teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível limitado de asseguração em relação a completude, precisão e confiabilidade.

O processo de avaliação foi realizado de acordo com princípios gerais relevantes e padrões profissionais de auditoria independente, e em linha com a Norma Internacional sobre Compromissos de Avaliação que não sejam auditorias ou revisões de informações financeiras históricas (ISAE 3000), Norma Internacional em Controle de Qualidade (ISQC 1, 2009) e Código de Ética para Contadores Profissionais do *International Ethic Standards Board for Accountants* (IESBA, 2019).

Declaração de Responsabilidade

A SITAWI não é acionista, investida, cliente ou fornecedora da BRK Ambiental Participações S.A. ou de suas subsidiárias. Anteriormente, a SITAWI foi responsável por projetos de *due diligence* socioambiental da empresa, e pela elaboração de pareceres de segunda opinião que avaliaram a elegibilidade de títulos da BRK como sustentáveis. Por serem todas estas atividades de avaliação externa, não existe potencial conflito de interesse entre elas. A SITAWI declara, desta forma, estar apta a emitir uma opinião independente acerca da emissão de debêntures sustentáveis da empresa.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela empresa. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a SITAWI⁸ não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

⁸ A responsável final por esse relatório é a KOAN Finanças Sustentáveis Ltda., que opera sob o nome fantasia de SITAWI Finanças do Bem.


II. Opinião

Com base nos procedimentos de avaliação conduzidos e evidências obtidas, nada chegou a nossa atenção que nos faça acreditar que, em todos os aspectos materiais avaliados a 10ª emissão de debêntures da BRK Ambiental Participações S.A. não esteja em conformidade com os *Green Bond Principles (GBP)* e com os *Social Bond Principles (SBP)*, podendo ser rotulada como um Título Sustentável.

A SITAWI utilizou seu método proprietário de avaliação, que está em conformidade com os *Green Bond Principles (GBP)* e com os *Social Bond Principles (SBP)*. Os GBP e os SBP são diretrizes que auxiliam o mercado a compreender os pontos chave de como um produto financeiro se caracteriza como Verde ou Social. Mais detalhes sobre esses princípios podem ser encontrados na seção **Método**. Complementarmente a esses princípios, o *Sustainability Bond Guidelines* afirma que Títulos Sustentáveis são aqueles que atendem os quatro componentes dos GBP e dos SBP.

A aderência a esses princípios, embora seja um processo voluntário, sinaliza aos investidores, subscritores e outros agentes de mercado, que a emissora do título segue padrões adequados de desempenho em sustentabilidade e transparência.

Nas subseções a seguir, analisaremos o alinhamento da Debênture Sustentável da BRK Ambiental com os quatro componentes dos GBP e SBP.

Princípios e classificação	Análise e descrição																						
<p>Uso de Recursos</p> 	<p>Descrição do uso de recursos: Os recursos da emissão, no valor de até R\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões reais), serão utilizados para refinanciamento de dívidas e investimentos futuros em despesas de capital (CAPEX) com a implantação de infraestrutura para o fornecimento de serviços de saneamento básico, tais como a distribuição, coleta e tratamento de água e esgoto em 10 projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Maranhão, Pernambuco e Tocantins e/ou investimentos em expansão do portfólio da BRK em novos projetos de água e esgoto entre 2022 e 2025.</p> <p>Os recursos da debênture serão destinados conforme descrição a seguir.</p> <p><i>Tabela 1 - Uso de recursos da emissão</i></p> <table border="1" data-bbox="411 1451 1401 2040"> <thead> <tr> <th>Uso de Recursos</th> <th>Descrição</th> <th>Valor alocado da debênture (R\$ MM)</th> <th>% da debênture</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td rowspan="3">Refinanciamento</td> <td>Refinanciamento da 1ª série da 8ª emissão de debêntures da BRK</td> <td>795</td> <td>49,69%</td> </tr> <tr> <td>Refinanciamento da 9ª emissão de debêntures da BRK.</td> <td>200</td> <td>12,50%</td> </tr> <tr> <td>Refinanciamento da 2ª emissão de debêntures da BRK CNP</td> <td>250</td> <td>15,63%</td> </tr> <tr> <td>Gastos Futuros</td> <td>Custos relacionados aos investimentos previstos nos 10 projetos elegíveis entre 2022 e 2025 e/ou investimentos em expansão do portfólio da Companhia em novos projetos de água e esgoto entre 2022 e 2025</td> <td>355</td> <td>22,19%</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>10ª emissão</td> <td>1.600</td> <td>100%</td> </tr> </tbody> </table>	Uso de Recursos	Descrição	Valor alocado da debênture (R\$ MM)	% da debênture	Refinanciamento	Refinanciamento da 1ª série da 8ª emissão de debêntures da BRK	795	49,69%	Refinanciamento da 9ª emissão de debêntures da BRK.	200	12,50%	Refinanciamento da 2ª emissão de debêntures da BRK CNP	250	15,63%	Gastos Futuros	Custos relacionados aos investimentos previstos nos 10 projetos elegíveis entre 2022 e 2025 e/ou investimentos em expansão do portfólio da Companhia em novos projetos de água e esgoto entre 2022 e 2025	355	22,19%	Total	10ª emissão	1.600	100%
Uso de Recursos	Descrição	Valor alocado da debênture (R\$ MM)	% da debênture																				
Refinanciamento	Refinanciamento da 1ª série da 8ª emissão de debêntures da BRK	795	49,69%																				
	Refinanciamento da 9ª emissão de debêntures da BRK.	200	12,50%																				
	Refinanciamento da 2ª emissão de debêntures da BRK CNP	250	15,63%																				
Gastos Futuros	Custos relacionados aos investimentos previstos nos 10 projetos elegíveis entre 2022 e 2025 e/ou investimentos em expansão do portfólio da Companhia em novos projetos de água e esgoto entre 2022 e 2025	355	22,19%																				
Total	10ª emissão	1.600	100%																				

Fonte - Elaboração própria a partir de dados da BRK

A descrição dos projetos elegíveis mencionados está na [seção III](#) do presente relatório. Em relação aos projetos que serão refinanciados e investidos futuramente com os recursos da 10ª emissão, cabe destacar que eles já foram objeto da segunda série da 8ª emissão de debêntures da emissora, a qual também foi rotulada como sustentável com base nos GBP e SBP e contou com parecer independente da SITAWI⁹. Ambos os pareceres de pré e pós-emissão¹⁰ foram disponibilizados no website da emissora.

É importante mencionar que a primeira série da 8ª operação, à época de sua emissão, já havia sido destinada ao refinanciamento de dívidas e melhora de estrutura de capital da empresa. Dos recursos da 1ª série da 8ª emissão, 96,5% foi destinado ao alongamento de dívidas da 1ª, 5ª, 6ª e 7ª emissões da empresa e, os 3,5% restantes para a melhora de estrutura de capital. Vale dizer que a 1ª, 5ª, 6ª e 7ª emissões foram também feitas para alongamento de dívidas contraídas para projetos de serviço de água.

A 9ª emissão de debêntures da BRK foi destinada para gastos nos projetos elegíveis. Já os recursos da 2ª emissão de debêntures da BRK Ambiental – Centro Norte Participações S.A. ('BRK CNP') foram destinados para investimentos nos projetos de Saneatins (TO), empresa subsidiária da BRK CNP.

Quanto aos investimentos futuros nos projetos, ressalta-se que a alocação de recursos ocorrerá entre 2022 e 2025, logo, em um período superior aos 24 meses da emissão.

Benefícios ambientais e sociais e alinhamento com *standards* de sustentabilidade

O conceito de Saneamento Básico é guiado pelo princípio da universalização que consta na Constituição Federal de 1988 e que tem como objetivo oferecer o serviço de coleta e tratamento de esgoto doméstico a toda a população e, ainda, o abastecimento de água encanada dentro dos critérios de qualidade estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

No Brasil, o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab)¹¹, aprovado em 2013 pelo Decreto nº 8.141/2013 e pela Portaria Interministerial nº 571/2013, é um dos principais instrumentos da política federal de saneamento básico. À época de sua publicação, o Plansab tinha como meta, a necessidade de investimento de R\$ 508,5 bilhões entre 2014 e 2033 para a expansão e reposição do saneamento básico no Brasil, considerando os valores de dezembro de 2012. Desse valor total, estimava-se, aproximadamente R\$ 122,1 bilhões para abastecimento de água e R\$181,9 bilhões em esgotamento sanitário¹².

No entanto, no período de 2014 a 2018, houve uma redução de 12,3% nos investimentos totais em água e esgoto no Brasil. Em 2018, o investimento em abastecimento de água foi de R\$ 5,7 bilhões, 7,1% inferior ao investimento realizado em 2014. No mesmo ano, o investimento no abastecimento de esgoto reduziu 30,9%. Entre 2014 e 2018, a média anual de investimentos no setor foi de R\$ 13,0 bilhões, 53% da meta de investimento anual Plansab de R\$ 24,9 bilhões anuais, considerando os valores de 2018.¹³

Com o Novo Marco Legal do Saneamento¹⁴ (Lei Federal 14.026/2020), o Brasil reitera a busca pela universalização dos serviços de saneamento básico com o compromisso de atingir 99% de abastecimento de água e 90% de coleta e tratamento de esgoto até 2033. No entanto, ainda em 2020, os investimentos realizados no setor de saneamento foram da ordem de R\$13,7 bilhões, valor insuficiente para que as metas do novo marco sejam

⁹ <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/9ffe3afc-e8e3-4e62-9f49-04166095f065/cf2295a2-a99b-cd4f-6e18-dd1c4472d1b5?origin=2>

¹⁰ <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/9ffe3afc-e8e3-4e62-9f49-04166095f065/f1920cd1-d0d7-a4cc-2d54-96df81ddcd90?origin=2>

¹¹ <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/plansab>

¹² https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/PlanSaB/relatorio_anual_avaliacao_plansab_2014_15122015.pdf

¹³ https://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/Relato%CC%81rio_Completo.pdf

¹⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm

alcançadas¹⁵. Assim, há uma grande lacuna para a universalização dos serviços de saneamento básico no país.

Desta forma, esse é um setor com alta necessidade de investimento em infraestrutura e com alto potencial de geração de benefícios socioambientais, como melhoria da saúde pública e preservação dos recursos hídricos. Mais detalhes sobre a relevância e benefícios dos serviços de saneamento básico são apresentados no [Anexo I](#) deste relatório.

Os investimentos em tratamento de efluentes domésticos e de redução de perdas de água, a serem financiadas pela emissão, têm diversos benefícios ambientais associados. A destinação correta do efluente doméstico previne a contaminação de corpos hídricos e do solo, bem como promove a conservação da biodiversidade, por meio da melhoria da qualidade da água dos corpos hídricos. A redução de perdas de água promove a gestão ambiental sustentável dos corpos hídricos. Os trechos sublinhados representam categorias listadas pelos Green Bond Principles (GBP)¹⁶.

Os investimentos em tratamento de efluente doméstico e no tratamento e abastecimento de água que serão financiados pela emissão estão alinhados aos Social Bond Principles (SBP)¹⁷, pois promovem infraestrutura básica para população que vive em situação de pobreza e vulnerabilidade a riscos sanitários. Os trechos sublinhados representam categorias e população alvo listadas pelo SBP. Além disso, essas atividades estão direta e indiretamente associadas ao desenvolvimento econômico local.

De acordo com o Sustainability Bond Guidelines (SBG)¹⁸, o alinhamento com esses dois standards (GBP e SBP) permite caracterizar a emissão como sustentável.

Ademais, sistemas de tratamentos de água e efluentes, desde que atendam a critérios de mitigação e adaptação, são elegíveis a certificação pela Climate Bonds Initiative¹⁹.

Além disso, a emissão está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que definem as prioridades globais de desenvolvimento sustentável para 2030. Mais especificamente ao ODS 3 ('Saúde e Bem-Estar') e ao ODS 6 ('Água Potável e Saneamento'), e as seguintes submetas:

3.3 – “Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis”

6.3 – “Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente”

Com base em nossa avaliação, o uso de recursos da emissão possui alinhamento satisfatório com os Green Bond Principles e Social Bond Principles e boas práticas de mercado para emissão de títulos sustentáveis. As lacunas encontradas associam-se ao fato de (i) os recursos da emissão serem alocados em refinanciamento de projetos que já foram objeto de um título sustentável e (ii) prazo de alocação dos recursos nos projetos elegíveis superior a 24 meses da emissão.

¹⁵https://tratabrasil.org.br/images/estudos/Ranking_do_Saneamento_2022/Press_Relase_do_Ranking_do_Saneamento_-_Trata_Brasil_2022.pdf

¹⁶ <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Green-Bond-Principles-June-2021-140621.pdf>

¹⁷ <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Social-Bond-Principles-June-2021-140621.pdf>

¹⁸ <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Sustainability-Bond-Guidelines-June-2021-140621.pdf>

¹⁹ <https://www.climatebonds.net/files/files/CBI-WaterCriteria-03B.pdf>

Alinhamento da emissão com a estratégia ASG do emissor:

A BRK Ambiental é uma empresa privada de saneamento, que atua em mais de 100 municípios de 13 estados, prestando serviços a mais de 16 milhões de pessoas em todo o território brasileiro. O propósito da empresa é “transformar a vida das pessoas ao levar saneamento para muito além do básico”²⁰.

Quanto ao seu objeto social, a BRK visa participar em outras sociedades que (a) desenvolvam atividades de gestão de recursos hídricos relacionadas a: (i) captação, reservação, tratamento e distribuição e reuso de água; (ii) coleta, transporte, tratamento, disposição final e reuso de esgoto; (iii) comercialização e cobrança dos serviços prestados, dentre outros serviços.

Assim, a emissão do Título Sustentável está alinhada à sua missão e estratégia. A tabela a seguir apresenta os indicadores de monitoramento relacionados à operação da empresa. Os dados foram apurados pela BRK na época da pós-emissão da 8ª emissão de debêntures da empresa, em setembro de 2021.

Tabela 2 - Indicadores de monitoramento da operação da empresa no segundo semestre de 2021

Indicador	Esgoto	Água
Volume tratado (m³)	208.039.720	219.257.032
População atendida pelo serviço (#)	6.363.865	3.556.225
Percentual da população do município atendida pelo serviço (%)	64%	95%
Famílias atendidas pelo serviço (#)	2.172.981	1.320.750
Eficiência do tratamento	76%	
Percentual de perdas		37%
Percentual de municípios com taxa de mortalidade infantil acima da média nacional	59,70%	59,70%
Médias das internações por diarreias nos municípios (1000 habitantes)	2,51	

Fonte - BRK Ambiental.

Cabe destacar que não foi identificada média nacional referente à eficiência do tratamento de esgoto para comparação com o dado apresentado acima. No entanto, segundo consulta realizada em março de 2022 no Painel do SNIS, 50,8% do esgoto gerado em 2020 no Brasil foi tratado²¹. Já o percentual de perdas na distribuição de água da BRK (37%) é inferior ao percentual de perdas no Brasil, de 40,1% em 2020 (dado mais recente disponível), segundo consulta realizada no mesmo período no SNIS²².

As perdas de água nos sistemas de abastecimento representam a diferença entre o volume de água produzido nas estações de tratamento e o volume de água efetivamente consumido pelos usuários. Ou seja, as perdas de água correspondem à água que foi tratada, que consumiu recursos financeiros, e que acabou sendo desperdiçada. A grande maioria das perdas ocorre por conta de vazamentos nos sistemas de abastecimento ou por ligações clandestinas, popularmente conhecidas como “gatos”, além de falhas de leitura por conta da utilização de hidrômetros antigos nos imóveis dos clientes²³. Assim, o menor percentual de perdas da BRK, comparado ao percentual nacional, indica que as operações da empresa são mais eficientes.

No que tange as doenças por veiculação hídrica, a taxa de internações por diarreia a cada mil habitantes no Brasil foi de 1,01 em 2019. É importante destacar que esse valor foi calculado a partir das internações por diarreia em 2019²⁴ (212.666) e a população²⁵ do

Processo de seleção e avaliação de projetos



²⁰ <https://www.brkambiental.com.br/proposito-e-valores>

²¹ <http://www.snis.gov.br/painel-informacoes-saneamento-brasil/web/painel-esgotamento-sanitario>

²² <http://www.snis.gov.br/painel-informacoes-saneamento-brasil/web/painel-abastecimento-agua>

²³ http://www.snis.gov.br/downloads/panorama/PANORAMA_DO_SANEAMENTO_BASICNO_BRASIL_SNIS_2021.pdf

²⁴ https://www.painelsaneamento.org.br/explore/indicador?SE%5Bg%5D=0&SE%5Bs%5D=1&SE%5Bid%5D=INT_DIARREIA

²⁵ <https://www.painelsaneamento.org.br/explore/indicador?SE%5Bg%5D=0&SE%5Bs%5D=1&SE%5Bid%5D=POP>

país no mesmo ano (210.147.125), segundo consulta no Painel de Saneamento. Analisando a média das internações por diarreias nos municípios em que a BRK possui atuação, pode-se notar que a taxa das internações por diarreia é muito superior à taxa nacional, o que sinaliza a necessidade de uma maior cobertura e eficiência nos serviços de saneamento desses municípios. Mais informações a respeito da relevância e benefícios sociais atrelados aos serviços de saneamento são apresentados no [Anexo I](#) deste relatório.

Em relação ao histórico de controvérsias relacionadas a temas ambientais, sociais e de governança (ASG), foram identificados casos recentes e que ainda não foram integralmente solucionados. Desses, vale mencionar o projeto de Macaé (RJ) cujo contrato de parceria público-privada (PPP) vêm sendo investigado pela Comissão Especial de Inquérito (CEI) da Câmara Municipal. As controvérsias são apresentadas na [seção IV](#) deste parecer.

Processo de seleção e avaliação dos projetos e benefícios ambientais e sociais esperados:

A seleção da destinação dos recursos da emissão da Debênture Sustentável ficou a cargo da emissora, por meio de processo de decisão interno. O acompanhamento das credenciais ambientais e sociais dos projetos que receberão os recursos desta emissão ficará a cargo do Diretor de Sustentabilidade e Gestão de Riscos e da Comissão de Sustentabilidade da empresa.

A gestão ambiental dos projetos é conduzida desde a sua geração até a operação e, eventualmente, desmobilização. Para isso, a BRK possui em seu sistema interno de gestão um conjunto de procedimentos que buscam um controle ambiental efetivo. Segundo a empresa, todo projeto novo ou toda alteração em um projeto preexistente são avaliados pelo Sistema de Gestão de Mudanças, cuja etapa de avaliação ambiental passa pela análise ambiental e aspectos legais incidentes, como a necessidade de licenciamento ou autorização para sua efetividade.

Anualmente, a BRK realiza uma verificação interna a fim de mapear os aspectos e avaliar os impactos ambientais dos processos, atividades e serviços desenvolvidos pelas unidades/contratos, bem como os critérios para avaliar a significância dos impactos, visando estabelecer medidas de controle para assegurar o atendimento a requisitos legais, ambientais e às políticas internas da empresa.

Além disso, a BRK possui uma Política ESG²⁶ que visa direcionar a tomada de decisões na gestão de negócios e atividades operacionais. Essa Política é baseada em diversas metodologias, tais como, as normas brasileiras ISO 14001:2015 (Sistema de Gestão Ambiental), ISO 9001:2015 (Sistema de Gestão da Qualidade), ISO/IEC 17025:2017 (Sistema de Gestão da Qualidade Laboratorial) e outras.

Dentre as diretrizes estabelecidas pela Política ESG, pode-se citar: (i) estabelecer mecanismos para monitorar e medir os impactos relacionados às nascentes, lençóis subterrâneos, corpos d'água e mananciais inseridos nos locais de operação da Companhia e determinar ações de mitigação e prevenção; (ii) desenvolver estratégias de gestão da biodiversidade dentro das áreas e adjacências onde existam operações da Companhia; (iii) identificar, avaliar, prevenir e mitigar os impactos gerados na comunidade resultantes das atividades da Companhia, bem como os riscos de violação aos direitos humanos das comunidades do entorno das operações, além de outras diretrizes.

Os projetos que serão beneficiados por esta emissão são apenas parte de uma série de obras de implantação, expansão e modernização da BRK com o objetivo de universalizar o acesso aos serviços de esgotamento sanitários e água nos municípios em que atua. Os projetos estão em diferentes fases de implementação, do planejamento à operação.

Conforme informado pela BRK, os projetos que estão em operação ainda não estão em fase total de atendimento à população. À medida que os investimentos são realizados, a

²⁶ <https://sustentabilidade.brkambiental.com.br/themes/brk/pdf/POL-012-Politica-ESG-BRK.pdf>

expansão e operação dos serviços é ampliada. A manutenção de equipamentos e das redes de cobertura também pode ocorrer, embora o foco do investimento nos projetos seja a ampliação da cobertura dos serviços de saneamento.

A SITAWI analisou a performance socioambiental dos projetos, incluindo suas respectivas licenças ambientais, as quais foram verificadas por meio de amostragem utilizando um grau de confiança de 90%. As licenças estão vigentes ou em processo de renovação. Para essas últimas, a BRK apresentou o respectivo protocolo de renovação. A análise detalhada da performance socioambiental dos projetos pode ser consultada na [seção III](#) deste parecer.

As tabelas a seguir sintetizam os principais indicadores de benefícios ambientais e sociais dos projetos que receberão os recursos da 10ª emissão de debêntures da BRK.

Tabela 3 – População atualmente beneficiada pelos projetos de esgotamento sanitário

Unidade BRK e estado	RMR – Região Metropolitana de Recife (PE)	Goiás (GO)	Macaé (RJ)	Blumenau (SC)
População atualmente beneficiada pelos projetos	1.203.561	665.469	164.017	162.048

Fonte - BRK Ambiental

Tabela 4 – População atualmente beneficiada pelos projetos de esgotamento sanitário e água

Unidade BRK	Saneatins (TO)	Sumaré (SP)	Maranhão (MA)	Porto Ferreira (SP)	Mairinque (SP)	Uruguaiana (RS)
População atualmente beneficiada pelos projetos	841.929	282.834	398.136	55.493	46.244	132.005

Fonte - BRK Ambiental

Tabela 5 – Resumo dos indicadores socioambientais dos projetos elegíveis (ano de base: 2019)

Indicadores socioambientais dos projetos	Esgoto	Água
Volume tratado (m³)	118.762.957	145.582.949
População atendida pelo serviço (#)	3.951.736	1.756.640
Percentual da população do município atendida (%)	64%	95%
Eficiência do tratamento (%)	76%	
Percentual de perdas (%)		37%
Pessoas que pagam a tarifa social ²⁷ (#) (em setembro/2020)	170.703	41.584

Fonte - BRK Ambiental

É importante mencionar que os projetos elegíveis da BRK estão distribuídos pelas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Quando analisado o oferecimento de serviços de saneamento no Brasil como um todo, e não somente as operações da BRK, há uma grande heterogeneidade no oferecimento dos serviços de saneamento. Em especial, as regiões Norte e Nordeste são as mais carentes em termos de cobertura de serviços (mais detalhes no [Anexo I](#)). Assim, considerando que parte dos projetos que receberão os recursos da emissão estão localizados nessas regiões, é esperado que haja também uma melhora na cobertura desses serviços com o decorrer dos investimentos

²⁷ A tarifa é a cobrança facultativa em decorrência da utilização de serviço público, feita indiretamente pelo estado, por meio de empresas que prestam serviços em seu nome. É um preço público unitário preestabelecido cobrado pela prestação de serviço de caráter individualizado e facultativo, relacionada à quantidade do serviço efetivamente prestado (Panorama do Saneamento Básico no Brasil em 2021, SNS). A tarifa social faz parte de um Programa do Governo Federal, Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚnico), em que pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade podem se cadastrar para terem um desconto na tarifa de água e esgoto.

Com o aumento da cobertura dos serviços de esgotamento sanitário espera-se um impacto positivo de melhoria na qualidade de vida da população, redução de afastamentos trabalhistas e internações por doenças gastrointestinais, valorização imobiliária, desenvolvimento econômico e aumento da renda. Outro fator importante do benefício ambiental associado aos projetos de coleta e tratamento de esgoto da BRK é sua eficiência operacional.

Como referência, o artigo 16 da Resolução CONAMA nº 430/2011 define 60% como a eficiência mínima de redução da carga poluidora do despejo, considerando Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) 5 dias, 20°C. Todos os projetos financiados por esta debênture estão alinhados ao exigido pela resolução e possuem média de 76% de eficiência.

Em relação aos serviços de tratamento e distribuição de água, espera-se a melhoria da qualidade do serviço prestado e do acesso à rede de abastecimento de água por parte da população, refletindo na melhoria da qualidade de vida e diminuição de problemas sanitários como diarreia e desnutrição. Além disso, é esperada a evolução da eficiência no uso de recursos com a redução do desperdício de água nas operações.

Com base em nossa avaliação, o processo de seleção e avaliação de projetos possui alinhamento confortável com os GBP e SBP. As lacunas encontradas se referem ao histórico de controvérsias ASG da empresa que ainda estão em processo de resolução.

Gestão de recursos



Características da emissão: Os recursos da 10ª (décima) emissão debêntures da BRK Ambiental Participações S.A., no valor de até R\$ 1.600.000.000,00, serão destinados para o refinanciamento de dívidas e investimentos futuros em projetos infraestrutura de saneamento básico, tais como tratamento de água, distribuição e redução de perdas na rede de abastecimento, bem como gestão da coleta, afastamento, tratamento e disposição final de esgoto. As debêntures seguirão a Instrução 476 da CVM e terão prazo de 5 anos, vencendo, portanto, em 2027.

Procedimentos para gestão dos recursos:

A gestão dos recursos da emissão ficará a cargo da Tesouraria da BRK até sua alocação total, prevista para até o ano de 2025.

A parcela dos recursos da emissão destinada ao refinanciamento de dívidas da empresa financiará 100% dos valores dos títulos, como demonstrado na Tabela a seguir.

Tabela 6 - Destinação dos recursos da debênture sustentável (10ª emissão) vs. lastro sustentável

Gestão dos recursos da debênture	Valor (R\$)	Alocação dos recursos da 10ª emissão	Recursos da Debênture sobre o valor do projeto (%)
	(A)	(B)	(B)/(A)
1) Refinanciamento da 1ª série da 8ª emissão de debêntures (rotulada como sustentável)	795.000.000,00	795.000.000,00	100,0%
2) Refinanciamento da 9ª emissão de debêntures da BRK.	200.000.000,00	200.000.000,00	100,0%
3) Refinanciamento da 2ª emissão de debêntures da BRK CNP	250.000.000,00	250.000.000,00	100,0%

Fonte - Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela BRK

Os recursos remanescentes da 10ª emissão (R\$ 355.000.000,00) serão destinados para CAPEX de projetos de saneamento básico que não foram definidos previamente pela BRK. Esses projetos serão avaliados em relação aos critérios de elegibilidade e atendimento aos GBP e SBP na etapa de verificação pós-emissão, a ser realizada em até 24 meses da emissão.

Cabe destacar que a BRK prevê um investimento futuro, no período de 2022 a 2025, superior ao valor da parcela da 10ª emissão que será destinada a gastos futuros em CAPEX de projetos de saneamento básico. A BRK apresentou para a SITAWI o plano de investimentos previsto para o período. No entanto, por questões de confidencialidade, a BRK optou por não evidenciar neste relatório o valor exato dos investimentos futuros em cada projeto elegível.

Em relação às dívidas da empresa que serão refinanciadas, a 8ª emissão de debêntures da BRK ocorreu em 02 de outubro de 2020 no valor de R\$1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais) em duas séries, ambas rotuladas como sustentáveis. A 1ª série totalizou R\$795.000.000,00 (setecentos e noventa e cinco milhões) e a 2ª Série de R\$305.000.000,00 (trezentos e cinco milhões).

Os recursos da 1ª série da 8ª emissão de debêntures da BRK foram destinados para alongamento de dívidas contraídas para projetos de serviços de água e esgoto. Como mencionado anteriormente na seção 'Uso de Recursos', a 1ª série da 8ª emissão foi destinada ao pagamento da 1ª, 5ª, 6ª e 7ª emissões de debêntures da empresa, bem como para melhora de estrutura de capital da empresa.

Vale ressaltar que parte dos recursos da 10ª emissão serão utilizados para o refinanciamento da 1ª série da 8ª emissão, que também foi rotulada como sustentável, a fim de garantir melhores condições de pagamento da dívida.

Frisa-se que projetos a serem financiados pela 10ª emissão já haviam sido contemplados pela 2ª série da 8ª operação da BRK. O detalhamento do valor dos projetos está no [Anexo II](#) deste parecer.

Os recursos da 9ª emissão de debêntures da BRK, emitida na data de 01 de julho de 2021 em série única, foram destinados aos projetos elegíveis descritos neste parecer.

Já a 2ª emissão de debêntures da BRK Ambiental – Centro Norte Participações S.A. ('BRK CNP'), foi emitida na data de 28 de dezembro de 2020 em série única, e destinada para investimentos no projeto Saneatins (TO).

A BRK também informou que, caso algum projeto investido deixe de apresentar os benefícios socioambientais mencionados nos princípios 1 e 2 deste parecer, os recursos serão redirecionados para outro projeto elegível. No entanto, a BRK não definiu um prazo para o redirecionamento desses recursos.

Recursos temporariamente não alocados: Os recursos temporariamente não alocados nos projetos elegíveis ficarão alocados em caixa, equivalentes de caixa, e fundos de renda fixa. Esses fundos podem investir em fundos de dívida privada, de modo que não é possível confirmar a não contaminação dos recursos. No entanto, esse é um risco considerado diluído pelo fato haver investimentos principalmente em Certificados de Depósito Bancário (CDBs). Dessa forma, os riscos de contaminação dos recursos em atividades que gerem externalidades negativas para o clima e sociedade são baixos.

O nível de alinhamento da emissão no princípio 3 dos GBP e SBP é confortável, pois os recursos destinados a gastos futuros não ficarão em contas segregadas.

Relato



A BRK comprovará por meio de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) anuais, auditadas e disponibilizadas em seu website, a destinação dos recursos oriundos das debêntures até a alocação completa desses recursos.

Além disso, a BRK se compromete a monitorar e relatar informações financeiras e socioambientais relacionadas à emissão. Os indicadores de benefícios socioambientais serão apresentados anualmente pela empresa em seu Relatório de Sustentabilidade, disponibilizado no website da companhia²⁹, até a maturidade do título. Esse relatório

²⁹ <https://sustentabilidade.brkambiental.com.br/relatorios>

também apresentará o status das licenças ambientais e comprovação do desembolso dos recursos nos projetos. As informações serão divulgadas a nível da emissão.

Os indicadores a serem relatados anualmente são:

Indicadores Financeiros:

- a) Recursos alocados nos projetos elegíveis (R\$ e %)
- b) Recursos alocados temporariamente em outros instrumentos financeiros, caso houver (R\$, por instrumento).

Indicadores sanitários e socioeconômicos (empresa e projetos):

- a) Volume tratado (m³)
- b) População atendida pelo serviço (#):
- c) Média do percentual da população dos municípios atendida pelo serviço (%);
- d) Famílias atendidas pelo serviço (#)
- e) Esgotamento sanitário: eficiência do Tratamento (%)
- f) Água: Percentual de perdas (%)
- g) Percentual de municípios com taxa de mortalidade infantil acima da média nacional (%);
- h) Média das internações por diarreia nos municípios (a cada 1000 habitantes)
- i) Percentual médio da população com rendimento menor que ½ salário mínimo;
- j) Média do salário mensal dos trabalhadores formais (por salário mínimo)
- k) Volume de tratamento adicionado (esgoto: m³/h e água: l/s)
- l) Aumento do percentual médio da população atendida


Os compromissos descritos neste parecer serão objeto de verificação externa por consultoria especializada em até 24 meses, o que será realizado por meio do parecer pós-emissão. Ambos os pareceres de pré e pós-emissão serão disponibilizados no website da emissora. Após este período, a emissora continuará reportando anualmente os benefícios socioambientais dos projetos até a maturidade do título.


Não foram identificadas lacunas no princípio 4 dos GBP e SBP, em termos de periodicidade e conteúdo de divulgação das informações financeiras e de impacto socioambiental, auditoria externa das informações divulgadas e granularidade das mesmas. Portanto, sua classificação é de Liderança.


Performance ASG da Empresa e projetos elegíveis

Análise	Descrição
Performance ASG	A empresa demonstrou ter procedimentos claros referentes às práticas ASG e <i>know how</i> técnico de suas atividades. Os projetos elegíveis contribuem para o tratamento e distribuição da água, redução das perdas na rede de abastecimento, bem como coleta e tratamento de esgoto.
Controvérsias ASG	Foram identificadas controvérsias relacionadas ao aspecto ambiental, social e de governança corporativa. Alguns dos casos ainda estão em processo de resolução.

Equipe técnica responsável


Serena Canjani
Analista
scanjani@sitawi.net


Isabela Coutinho
Coordenadora ESG
icoutinho@sitawi.net


Cristóvão Alves
Avaliador Líder
calves@sitawi.net

Rio de Janeiro, 29/03/2022

III. Performance Socioambiental dos projetos elegíveis

Status dos projetos elegíveis e impactos

Os projetos que poderão receber recursos da 10ª (décima) emissão de debêntures estão em fases distintas de implementação, conforme apresentado a seguir.

Tabela 7 - Projetos de esgotamento sanitário e abastecimento de água

Serviço prestado	Projeto (SPE)	Localização	Status
Esgotamento Sanitário <i>Os projetos de esgoto têm foco na gestão de coleta, afastamento, tratamento e disposição final de esgoto.</i>	BRK Ambiental - Goiás S.A.	<ul style="list-style-type: none"> • Aparecida de Goiânia – GO • Jataí – GO • Rio Verde – GO • Trindade – GO 	Operação
	BRK Ambiental - Região Metropolitana do Recife/Goiana SPE S.A.	<ul style="list-style-type: none"> • Região Metropolitana de Recife – PE (15 municípios) 	Operação
	BRK Ambiental Macaé S.A.	<ul style="list-style-type: none"> • Macaé – RJ 	Operação
	BRK Ambiental Blumenau S.A.	<ul style="list-style-type: none"> • Blumenau - SC 	Operação
Abastecimento de água e Esgotamento sanitário <i>Os projetos de abastecimento de água têm foco no tratamento da água, distribuição do recurso e redução de perdas na rede de abastecimento</i>	SANEATINS - Companhia de Saneamento do Tocantins S.A.	<ul style="list-style-type: none"> • Araguaína – TO • Colinas do Tocantins – TO • Dianópolis – TO • Guaraí – TO • Gurupi – TO • Miracema do Tocantins – TO • Palmas – TO • Paraíso do Tocantins – TO • Porto Nacional – TO • Tocantinópolis – TO • Aguiarnópolis – TO • Xinguara - PA • Peixe – TO • São Miguel do Tocantins – TO • Taguatinga - TO 	Operação
	BRK Ambiental Sumaré S.A.	<ul style="list-style-type: none"> • Sumaré - SP 	Operação
	BRK Ambiental Maranhão S.A.	<ul style="list-style-type: none"> • São José do Ribamar – MA • Passo do Lumiar - MA 	Operação
	BRK Ambiental - Porto Ferreira S.A.	<ul style="list-style-type: none"> • Porto Ferreira - SP 	Operação
	BRK Ambiental Mairinque S.A.	<ul style="list-style-type: none"> • Mairinque - SP 	Operação
	BRK Ambiental Uruguaiana S.A.	<ul style="list-style-type: none"> • Uruguaiana - RS 	Operação

A análise da gestão socioambiental dos projetos que receberão os recursos da 10ª emissão de debêntures é apresentada a seguir, a fim de identificar se os planos e programas implementados são capazes de medir, prevenir, mitigar e compensar seus eventuais impactos negativos. Dessa maneira é possível confirmar a capacidade dos projetos de contribuírem para o desenvolvimento sustentável de maneira consistente.

As controvérsias identificadas envolvendo os projetos são apresentadas na seção IV deste relatório.

Ambiental



• **Interferência em áreas legalmente protegidas:**

Projetos de Esgotamento sanitário:	Projetos de Água:
Os projetos impactarão Áreas de Preservação Permanente (APP) em oito municípios: Blumenau - SC, Aparecida de Goiânia - GO, Jataí - GO, Rio Verde- GO, Trindade- GO, Sumaré -SP, Araguaína - TO e Palmas - TO. Por serem empreendimentos de Utilidade Pública, estão em conformidade com a Resolução Nº 369/06 da CONAMA. Todos os projetos possuem licença ou autorização de supressão vegetal ou exploração florestal (ASV ou AEF). Para cinco projetos, os documentos de autorização contêm condicionantes como o plantio de mudas nativas e afugentamento e destinação de animais. Para três projetos foi exigido a elaboração de um Programa de Recuperação das Áreas Degradadas (PRAD) com as diretrizes para melhoria da qualidade ambiental e visual, contenção de processos erosivos do solo, revitalização dos cursos hídricos e incremento da diversidade de fauna e flora do local. Os projetos em Blumenau - SC e Sumaré -SP possuem Termo de Compromisso de Compensação em APP e Área Florestal. Como exigência, os termos exigem a recuperação de APPs nas mesmas bacias hidrográficas em que ocorreu o desmatamento, plantio de mudas nativas, implantação de Projeto Técnico de Recuperação de área degradada e reflorestamento, bem como monitoramento periódico com emissão de relatórios técnicos de acompanhamento.	Três projetos impactam Áreas de Preservação Permanente (APP): Mairinque-SP (Abastecimento de água e controle e redução de perdas), Palmas-TO (Abastecimento de água) e Sumaré (Abastecimento de água). Por serem empreendimentos de Utilidade Pública, estão em conformidade com a Resolução Nº 369/06 da CONAMA. O projeto de Palmas-TO possui autorização de exploração florestal, associado ao Programa de Exploração Florestal (PEF). Esse documento inclui um diagnóstico da área de intervenção, identifica os principais riscos e medidas mitigadoras. Os projetos de Mairinque- SP e Sumaré-SP possuem as licenças para intervenção em APP condicionadas a um Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental.

• **Interferência na biodiversidade local:**

Projetos de Esgotamento sanitário:	Projetos de Água:
De acordo com os Estudos Ambientais Simplificados (EAS), Relatórios Ambientais Simplificados (RAS) e Planos Ambientais (PA), os principais impactos negativos na biodiversidade para os projetos de esgotamento sanitários estão relacionados à supressão da vegetação e intervenção em APP (Áreas de Preservação Permanente), com consequente redução da flora (incluindo mata nativa) e fauna local. Oito projetos preveem supressão da vegetação e intervenção em APP. Destes, os projetos de Aparecida de Goiânia - GO, Trindade - GO e Blumenau - SC possuem Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), que propõe recuperação das áreas com plantio de mudas nativas para mitigação da	Os principais impactos na biodiversidade para os projetos de abastecimento de água estão relacionados à supressão da vegetação e intervenção em APP nos projetos de Mairinque-SP (Abastecimento de água e controle e redução de perdas), Sumaré -SP (Abastecimento de água) e Palmas-TO (Abastecimento de Água). No projeto de Palmas-TO, o Programa de Exploração Florestal, contempla inventário florestal e identificação dos principais riscos à biodiversidade: supressão da cobertura vegetal, erosão, assoreamento, alteração das características físico-químicas da água, afugentamento da fauna e perda de habitat. Como medida de controle e mitigação dos impactos, foi proposto: limitar a supressão vegetal à área

<p>qualidade ambiental e da diversidade de fauna e flora do local. Os outros cinco projetos possuem apenas a Autorização de Supressão ou Exploração Vegetal, que contém condicionantes como o plantio de mudas nativas, afugentamento e destinação de animais.</p> <p>Em 2020, a empresa também realizou atividades de manutenção sobre plantios de anos anteriores e novos plantios compensatórios. Em Goiás, foi realizada a manutenção dos plantios existentes.</p>	<p>estritamente necessária, mesmo estando compreendida pelas ARDs (Áreas Requeridas para Desmatamento); evitar processos de desagregação, compactação e perda de solo em áreas não utilizadas pelas obras; manutenção periódica e efetiva do maquinário utilizado, bem como dos veículos transportadores de material, diminuindo a emissão de ruídos e vibrações que possam perturbar a fauna local; e executar a sinalização adequada das vias, principalmente em período noturno. Apesar dos projetos de Mairinque-SP e Sumaré-SP possuírem autorização para supressão, não foram identificados os possíveis impactos sobre a biodiversidade. O projeto de Sumaré assinou um Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental e através do Projeto Técnico de Recuperação de Área Degradada e Reflorestamento realizou o plantio de 180 mudas de espécies nativas com monitoramento periódico do desenvolvimento destas. O projeto de Mairinque também possui Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental, que está em andamento. Além disso, deverão ser entregues relatórios periódicos de recuperação florestal ao longo do esforço de implementação.</p> <p>Em 2020, a empresa também realizou atividades de manutenção sobre plantios de anos anteriores e novos plantios compensatórios.</p> <p>Em relação às unidades em que funcionam atividades de esgotamento sanitário e abastecimento de água, em Porto Ferreira, a BRK realizou a manutenção dos plantios existentes e a conclusão de três Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRAs), somando 1.921 mudas em uma área de 1,15 hectare. Em Mairinque, foi realizada a manutenção de 1.687 mudas em uma área de 1,42 hectare no âmbito de um TCRA, além da plantação de outras 80 mudas em uma área de 530 m² a título de um TCRA. Em Uruguaiana, 90 mudas foram plantadas para Reposição Florestal Obrigatória na ETE, em uma área de 619 metros quadrados. Já em Sumaré, foi feita a manutenção de 480 mudas em 2.880 m² no âmbito de um TCRA.</p>
--	---

- **Resíduos sólidos:**

<p>Projetos de Esgotamento sanitário e projetos de água:</p> <p>A geração de resíduos sólidos é um dos principais impactos negativos dos projetos e, para mitigar esses impactos foram desenvolvidos Programas de Gestão de Resíduos (PGR). Esses programas fazem o diagnóstico dos resíduos gerados por classe, identificam a forma correta de segregação e armazenamento, o transporte a ser utilizado e as formas de destinação. Em alguns casos, esse programa também inclui o plano de capacitação e um fluxograma dos processos a serem realizados. Para os projetos que não possuem programa formalizado, a empresa possui procedimento padrão para manejo correto de resíduos, orientado pelas normas e leis vigentes.</p> <p>Oito projetos identificam que as obras podem gerar efluentes com potencial de causar impactos negativos nos recursos hídricos e/ou solo. Como forma de mitigação está prevista a criação de sistema de drenagem e escoamento superficial, a lavagem de maquinário em área impermeabilizada, o mapeamento e esvaziamento de fossas sépticas para o processo de escavação. Além disso, os combustíveis, óleos e graxas utilizados na manutenção dos equipamentos serão acondicionados corretamente e serão adotados procedimentos adequados para manutenção e abastecimento de forma a evitar derramamentos. Os projetos de serviços de água não apresentam impactos relacionados a efluentes líquidos.</p>
--

- **Recursos hídricos e efluentes:**

Projetos de Esgotamento sanitário:	Projetos de Água:
Para todos os projetos aplicáveis, houve a emissão da Outorga para uso e descarte de água. É inerente a projetos de esgotamento sanitário a proteção dos recursos hídricos, pois esses evitam despejo de efluentes domésticos <i>in natura</i> em rios, lagos e mares.	Para todos os projetos aplicáveis, houve a emissão de Outorga para uso e descarte de água. Os projetos incluem atividade de controle e redução de perdas, reduzindo assim o desperdício. Além disso, os projetos também buscam aumentar a eficiência no uso de outros recursos, como produtos químicos e energia no processo de tratamento e abastecimento.

Comunidades



- **Saúde e segurança da comunidade:**

Projetos de Esgotamento sanitário:	Projetos de Água:
Alguns dos projetos analisaram os impactos sobre as comunidades do entorno, por meio do Estudo de Impacto à Vizinhança. Os impactos apontados se referem ao aumento de vibrações e ruídos, redução da qualidade do ar pelo levantamento de poeira, aumento da circulação de veículos na região das obras, emissão de odor e aumento da demanda pelos serviços públicos. Como medida de mitigação destes impactos, quando pertinente, os projetos possuem: ações para controle de ruído, poeira e odor; Plano de Comunicação Social para informar a população sobre o empreendimento; Plano de Educação Ambiental e Sanitária que prevê atividades e ações com o envolvimento da população local nos projetos de monitoramento e recuperação das áreas degradadas; além de ações educativas em escolas, unidades de saúde e empresas. Como mencionado na análise da emissão, serviços de esgotamento sanitário impactam positivamente as comunidades, pois melhoram a qualidade de vida da população e os indicadores de saúde, reduzindo a incidência de doenças de veiculação hídrica e a proliferação de vetores. Além disso, se espera uma valorização dos imóveis do entorno, a geração de empregos e dinamização das economias locais.	Os impactos previstos sobre a comunidade do entorno referem-se ao aumento de vibrações e ruídos, redução da qualidade do ar pelo levantamento de poeira, emissão de odor e aumento da demanda pelos serviços públicos. Quando pertinente, as condicionantes das licenças preveem ações para controle desses impactos. Para o projeto de Araguaína foi elaborado um Programa de Comunicação Social para informar a população sobre o empreendimento. Outros dois projetos, de Palmas e Dianópolis (TO), possuem Plano Ambiental que prevê Programa de Educação Sanitária e Ambiental, incluindo atividades e ações como o envolvimento da população local nos projetos de monitoramento e recuperação das áreas degradadas, além de ações educativas em escolas, unidades de saúde e empresas. Como mencionado na análise da emissão, a melhoria do serviço de abastecimento, controle e redução de perdas de água, significa impacto positivo para as comunidades do entorno, pois melhoram a qualidade de vida da população e os indicadores de saúde, reduzindo a incidência de doenças de veiculação hídrica e a proliferação de vetores. Além disso, se espera uma valorização dos imóveis do entorno, a geração de empregos e dinamização das economias locais.

- **Impacto em comunidades tradicionais:**

Projetos de Esgotamento sanitário e projetos de água:
Nenhum dos projetos de esgoto e de abastecimento e tratamento de água possui impacto sobre comunidades tradicionais.

- **Reassentamento involuntário:**

Projetos de Esgotamento sanitário e projetos de água:
Para os projetos de esgoto e de água não foi necessária a realização de reassentamentos.

- **Impacto em sítios arqueológicos e culturais:**

Projetos de Esgotamento sanitário:	Projetos de Água:
O projeto na Região Metropolitana de Recife apresenta impacto em sítios arqueológicos e culturais. Esse interferirá em Olinda, cujo centro histórico é considerado Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Outros sítios	Os projetos de abastecimento e tratamento de água não apresentam impacto em sítios arqueológicos e culturais

culturais relevantes impactados por esse projeto são Recife Antigo e São Lourenço da Mata. A intervenção nesses sítios conta com arqueólogos responsáveis e apoio técnico da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Reconhecendo a adequada gestão do tema, o projeto possui parecer favorável do IPHAN para intervenção com publicação no Diário Oficial da União. No projeto de Ulianópolis (TO), foram identificados 13 sítios na área de intervenção, sendo a maioria deles do tipo lítico cerâmico. Considerando os critérios de localização e dimensão das estruturas componentes do SES Aguiarnópolis implantada, não será necessária a apresentação de autorização do IPHAN, pois as edificações previstas possuem área inferior a 5.000 m² (conforme o item 65 da IN nº 001/2015), caracterizando o empreendimento objeto como “não aplicável” aos procedimentos exigidos pelo IPHAN.

Trabalhadores



Confortável

- **Condições de Trabalho e Gestão da Relação com os Trabalhadores:**

Projetos de Esgotamento sanitário e Projetos de Água:

Os impactos negativos relacionados às condições de trabalho se referem à exposição a ruídos, calor, radiações ionizantes e não ionizantes, pressão atmosférica anormal, vibrações, frio, umidade, agentes físicos, químicos e biológicos, exposição a acidentes por altura, acidentes veiculares, animais peçonhentos e exposição a riscos de saúde como, por exemplo, ergonômicos. Para a gestão dos riscos ocupacionais, a empresa conta, para todas suas obras e operações, com o Plano de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) de seus colaboradores diretos. A BRK também realiza o acompanhamento do cumprimento à legislação trabalhista dos contratados por terceiros, todos em regime CLT. Os PPRA determinam as melhores condutas para cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e medidas e ações para mitigação dos riscos, como uso de EPI (Equipamento de Proteção Individual) e EPC (Equipamento de Proteção Coletiva), além de treinamentos e disponibilização de material informativo.

Além disso, a BRK e suas subsidiárias não constam na lista suja de trabalho em condições análogas às de escravo³⁰, do Ministério do Trabalho e Previdência, de acordo com consulta realizada em março de 2022.

- **Proteção da mão-de-obra:**

Projetos de Esgotamento sanitário e Projetos de Água :

A empresa tem programa de incentivo ao emprego de mulheres encanadoras e leituristas (monitoramento dos leitores de consumo de água). Em parceria com o SESI, já formou 800 mulheres que foram inseridas no mercado de trabalho pela empresa, elevando a participação feminina na área. O projeto ocorreu nas unidades dos projetos de esgotamento sanitário do Tocantins, Região Metropolitana de Recife, Goiás Uruguaiana e Blumenau. Já nas unidades dos projetos de água, a formação de mulheres encanadoras e leituristas ocorreu em Tocantins e Uruguaiana.

Gestão socioambiental



Confortável

- **Licenças e autorizações ambientais:**

Projetos de Esgotamento sanitário e projetos de água:

Parte das licenças ambientais está válida e parte em processo de renovação, demonstrando atendimento à legislação socioambiental aplicável. A BRK enviou uma lista de 397 licenças, dentre essas licenças de instalação e operação. As licenças dos projetos foram verificadas a partir de amostragem, considerado um

³⁰ <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/areas-de-atuacao/combate-ao-trabalho-escravo-e-analogo-ao-de-escravo>

grau de confiança de 90% e margem de erro de 10%, de modo que foram analisados 59 documentos. Das licenças que estavam vencidas e em processo de renovação, a BRK justificou o fato pela morosidade do órgão ambiental, bem como apresentou os respectivos protocolos de renovação. Ademais, a empresa também apresentou certidões de conformidade ambiental (CCA), autorizações de supressão vegetal (ASV) e outros.

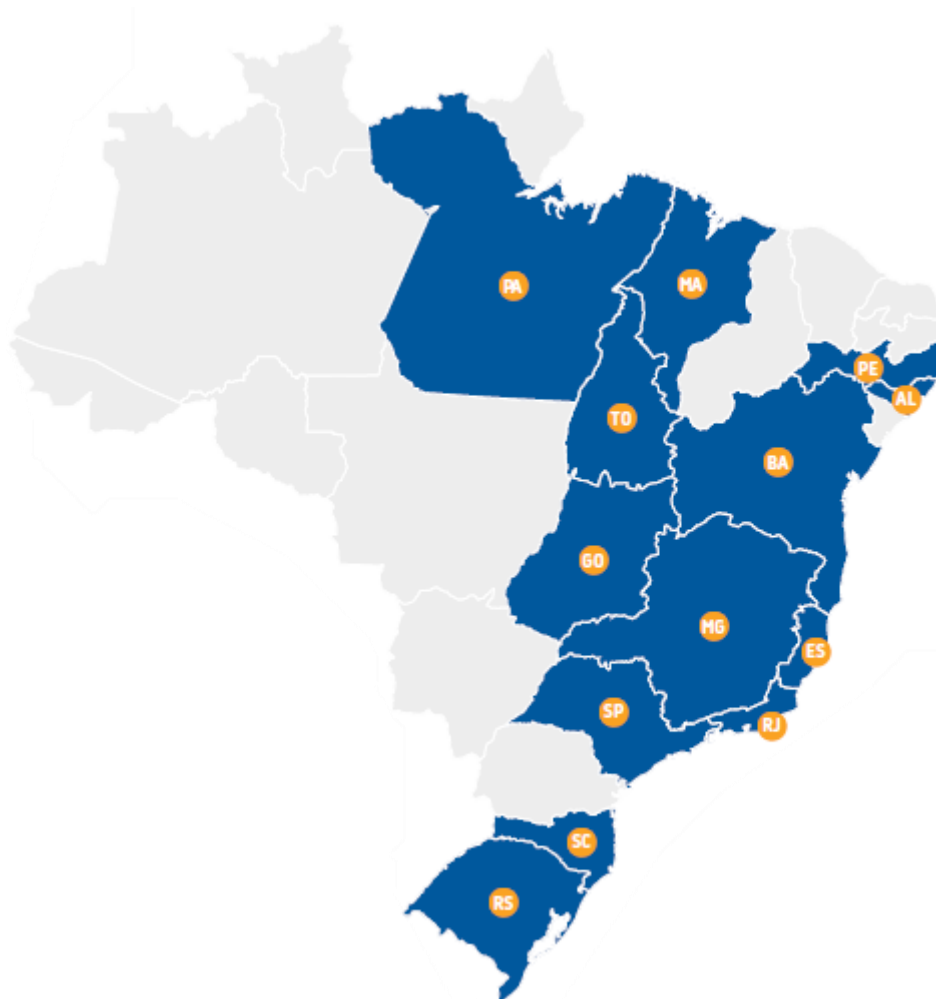
• **Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e Certificados:**

Projetos de Esgotamento sanitário:	Projetos de Água:
<p>O sistema de gestão ambiental dos projetos se apoia no sistema corporativo. Todos os projetos de esgotamento sanitário têm as licenças em conformidade com a legislação do estado. São Miguel do Tocantins está em processo de regularização o qual foi acordado com o órgão ambiental em questão. Nenhum projeto teve a necessidade de análise de impacto ambiental por meio de EIA/RIMA. Em nove projetos há a identificação dos principais riscos e proposição de medidas mitigadoras em documentos como RAS (Relatório Ambiental Simplificado), EAS (Estudo Ambiental Simplificado), RCA (Relatório de Controle Ambiental), PA (Plano Ambiental), e/ou PCA (Plano de Controle Ambiental). O projeto da Região Metropolitana de Recife possui ISO 9001 de Sistema de Gestão de Qualidade e ISSO 14001 de gestão ambiental.</p>	<p>O sistema de gestão ambiental dos projetos se apoia no sistema corporativo. Todos os projetos de tratamento, abastecimento, redução e controle de perdas de água tem as licenças em conformidade com a legislação do estado, São Miguel do Tocantins está em processo de regularização o qual foi acordado com o órgão ambiental em questão. Nenhum projeto teve a necessidade de análise de impacto ambiental por meio de EIA/RIMA. Em quatro projetos há a identificação dos principais riscos e proposição de medidas mitigadoras em documentos como RCA (Relatório de Controle Ambiental), PA (Plano Ambiental) e/ou PEA (Plano de Engenharia Ambiental). O projeto de Palmas -TO possui ISO 9001 de gestão de qualidade, ISO 14001 de gestão ambiental e OHSAS 18001 de Sistema de Saúde e Segurança do Trabalho. O Projeto da Região Metropolitana de Recife também possui ISO 9001 de gestão de qualidade e ISO 14001 de gestão ambiental.</p>

IV. Performance Socioambiental da BRK Ambiental

Segundo seu Relatório ESG (2020), a BRK Ambiental configura-se por ser uma das maiores empresas privadas de âmbito nacional de saneamento, atuando nos setores de água e esgoto, além de operar na alçada referente a soluções ambientais. Devido ao fato de atuar em diversos estados e municípios (Figura 1), a prestação de serviços de água e esgoto possui diferentes modelos contratuais e entre os modelos, destacam-se as concessões, as parcerias público-privadas e as subdelegações.

Figura 1 - Unidades federativas com atuação da BRK



Fonte - Relatório ESG 2020 BRK

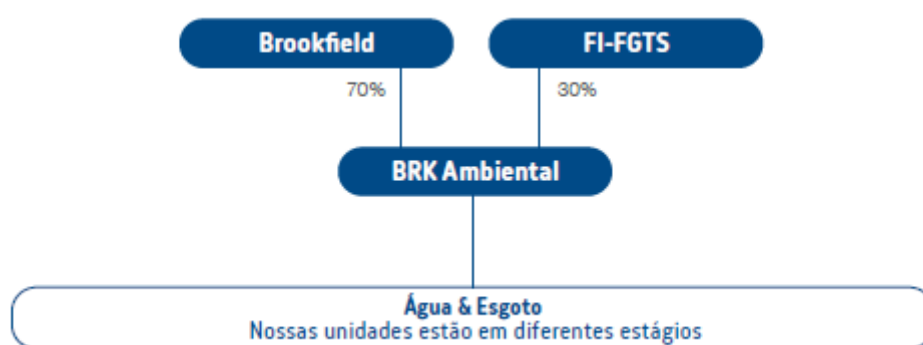
A companhia está presente em todas as regiões do país, por meio da atuação em 13 estados brasileiros (Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins) e em mais de 100 municípios: 66 na região Norte; 16 no Nordeste; 4 no Centro-Oeste; 22 no Sudeste; e 3 no Sul. Sendo assim, atendendo aproximadamente mais de 16 milhões de pessoas.

Isto posto, a abrangência da atuação da BRK Ambiental na prestação de serviços de água e esgoto é diretamente dependente do modelo de contratação estabelecido com o município ou estado. Todavia, independente da matriz utilizada, a prestação de serviços é respaldada em alguns formatos: gestão da cadeia de abastecimento de água, incluindo captação, tratamento e distribuição; bem como gestão de coleta, afastamento, tratamento e disposição final de esgotos.

Do ponto de vista jurídico, a BRK existe apenas desde 2016, como resultado do spin-off de determinados ativos do segmento ambiental da Odebrecht, incluindo concessões, contratos de Parceria Público Privada (PPP), ativos industriais e contratos de serviços que foram aportados em uma sociedade denominada Odebrecht Ambiental Participações em Saneamento S.A. ("OAPS"), cuja fundação da companhia ocorreu em 2008.

No ano de 2017, a BRK Ambiental passou a fazer parte da gestora canadense de recursos, Brookfield. Atualmente, a Brookfield detém 70% do capital social da BRK Ambiental, enquanto o FI-FGTS ou Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço dispõem dos 30% restantes do capital social (Figura 2).

Figura 2 - Estrutura societária BRK



Fonte - Relatório ESG 2020 BRK

A análise da BRK Ambiental tem como objetivo avaliar sua capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar eventuais impactos socioambientais negativos associados às suas operações. Dessa maneira é possível averiguar sua capacidade de manter inalteradas as condições que permitem que os projetos descritos sejam elegíveis para uma emissão caracterizada como Título Sustentável.

Nesse contexto, fizemos uma avaliação de políticas e práticas da empresa, apresentadas a seguir.

- **Ambiental**

A BRK Ambiental possui um modelo de negócios que gera impactos positivos através de investimentos, ampliações e tratamentos de redes de esgoto, contribuindo para a saúde das comunidades viventes nos entornos das instalações. A fim de garantir segurança hídrica, a empresa criou o Plano de Segurança da Água (PSA), que tem quatro pilares operacionais: a qualidade da água, a estrutura do sistema de abastecimento, a operação do sistema e a integridade dos processos. Em 2020, 8 dos 67 municípios atendidos pela empresa já possuíam o PSA. O PSA possibilita o reconhecimento de riscos operacionais e estabelecimento de planos de segurança e ação. A empresa também possui um Programa de Gestão de Extravasamento de Esgotos, que mapeia e oferece diagnósticos em relação a todas as operações. Os mapas utilizam-se do calor para reconhecer possíveis falhas, auxiliando na tomada de decisão e na intensificação de ações de prevenção e extravasamentos.

A BRK também possui um Programa de Segurança de Barragens, que prevê a avaliação, monitoramento, recuperação e manutenção de todas as suas barragens, de modo a estabelecer níveis aceitáveis de segurança e evitar impactos na paisagem e

sociedade. Tal Programa atende a normas e requisitos legais e à Política Nacional de Segurança de Barragens.

A BRK possui um procedimento de gerenciamento de resíduos que segue de políticas nacionais e normas brasileiras regulamentadas pela ABNT. A gestão de resíduos realizada pela empresa segue uma série de procedimentos corporativos, utilizando-se de coleta seletiva, recebimento e transporte de materiais com o auxílio das equipes de Meio Ambiente, além de contar com o auxílio da plataforma *Onegreen*, que tem por objetivo auxiliar nas homologações, na padronização e na transparência entre as unidades. Em 2021, a empresa computou a geração de aproximadamente 456,7 mil t de resíduos. Desses, 177,9 mil toneladas foram reaproveitadas³¹.

Em relação às mudanças climáticas, a redução da emissão de gases de efeito estufa é uma das estratégias utilizadas para elevar a eficiência do modelo de negócio da BRK. A empresa possui inventários de carbono e, a fim de aprimorar a atuação da empresa, houve a concepção de um protótipo de precificação de carbono, com o objetivo central de reduzir as emissões de GEE em relação à ótica do investimento. Por meio da precificação do carbono foi possível apontar técnicas e frentes de trabalho para a redução das emissões da empresa. Uma das soluções implementadas foi o sistema Nereda para o tratamento do esgoto, secadores de lodo e produção independente de energia fotovoltaica. A tecnologia do Nereda trata o esgoto em um formato de remoção extensiva da carga orgânica e de nutrientes, auxiliando na redução de até 90% das emissões de GEE. Com essas ferramentas, a companhia estima reduzir a emissão de gases de efeito estufa em até 1,2 milhões de tCO₂e (toneladas de dióxido de carbono equivalente) até 2030.

Não obstante, a BRK Ambiental comprometeu-se a zerar as emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2040 através de estações de tratamento de efluentes de extrema eficiência, secadores solares, queimadores de biogás e autogeração de fontes de energia renováveis.

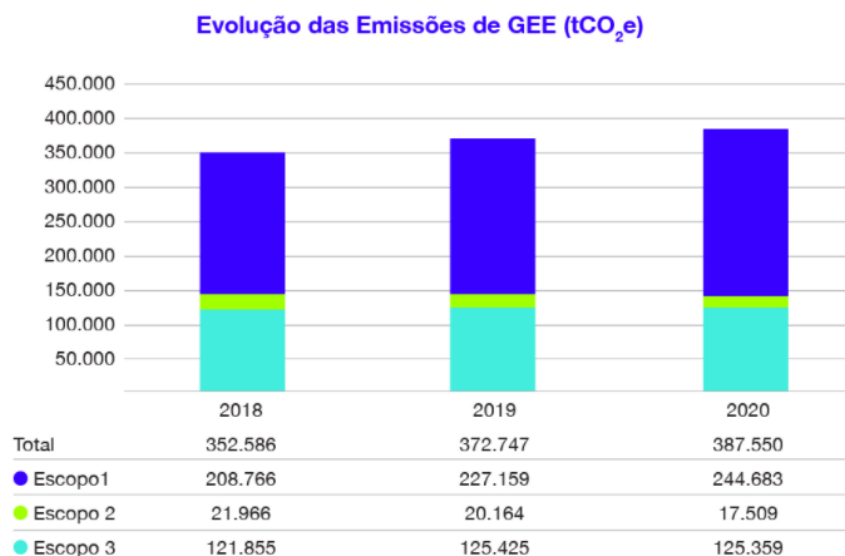
Acerca da gestão de emissões, as atividades da empresa emitem quantidades pouco significativas de CO₂, tendo potencial mais significativo de emissão de metano e gás sulfídrico e, dessa forma, as mesmas são ponderadas através de três diferentes escopos. O primeiro escopo lida com as emissões advindas diretamente das operações (consumo de combustíveis, tratamento de efluentes e emissões fugitivas), o segundo maneja as emissões indiretas provenientes da energia elétrica adquirida (eletricidade), enquanto o terceiro escopo encarrega-se de emissões indiretas oriundas da cadeia de valor da companhia (deslocamentos, viagens aéreas, transporte e esgoto não tratado).

No período de 2018 a 2020, as emissões de gases de efeito estufa (GEE) mantiveram-se em níveis constantes, com pequenos aumentos anuais da ordem de 5% devido ao escopo 1. De acordo com a BRK, esse aumento das emissões no escopo 1 está dentro da normalidade do sistema de uma empresa de saneamento, pois indica que a companhia vem evoluindo no tratamento de esgoto (escopo 1) a partir da remoção de volumes de esgoto não tratados (escopo 3).³²

³¹ <https://sustentabilidade.brkambiental.com.br/artigo/a-brk-sabe-da-importancia-da-gestao-de-residuos-e-dos-impactos-que-eles-podem-causar>

³² <https://sustentabilidade.brkambiental.com.br/artigo/reducao-das-emissoes-de-gee-e-um-compromisso-da-brk>

Figura 3 - Emissões de GEE da BRK (2018 a 2020)



Fonte - <https://sustentabilidade.brkambiental.com.br/artigo/reducao-das-emissoes-de-gee-e-um-compromisso-da-brk>

No que tange à eficiência energética, segundo o Relatório ESG 2020, o tratamento de efluentes e bombeamento de água são alguns dos processos que possuem maior consumo de energia se comparado com outros. Dessa forma, no ano de 2020, a BRK priorizou negócios que prezassem por eficiência energética, a fim de minimizar os impactos ambientais, diminuir perdas nas instalações elétricas, redução de despesas operacionais, entre outros.

Em relação ao consumo de energia, em 2021, 54% do consumo de eletricidade da BRK foi proveniente de energia renovável, graças a implantação de plantas de autogeração de energia fotovoltaica e a compra de energia renovável no mercado livre de energia. Para 2030, a empresa possui a meta de consumo de 68% de energia elétrica a partir de fontes renováveis³³.

• Social

A BRK Ambiental conta com um Programa de Estratégia de Sustentabilidade e Atuação Social que tem por objetivo a transformação social através de uma plataforma de investimento social privado (ISP), a fim de auxiliar no desenvolvimento social de comunidades presentes nos mais de 100 municípios de sua atuação. Em 2020, a ISP destinou cerca de R\$ 7,3 milhões em projetos de desenvolvimento social.

Dentre os projetos sociais, destaca-se o Programa Juntos, que tem por objetivo incentivar e aprimorar a parceria entre o setor privado, público e sociedade civil a fim de alcançar o equilíbrio fiscal. Além deste, há diversos outros programas que vêm sendo desenvolvidos tais como, a “Oferta de Microcrédito”, o “Projeto Reinventar”, o “Máscara + Renda”. A empresa também busca atuar promovendo diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, conforme explicitado na página ‘BRK e os ODS’ em seu website³⁴.

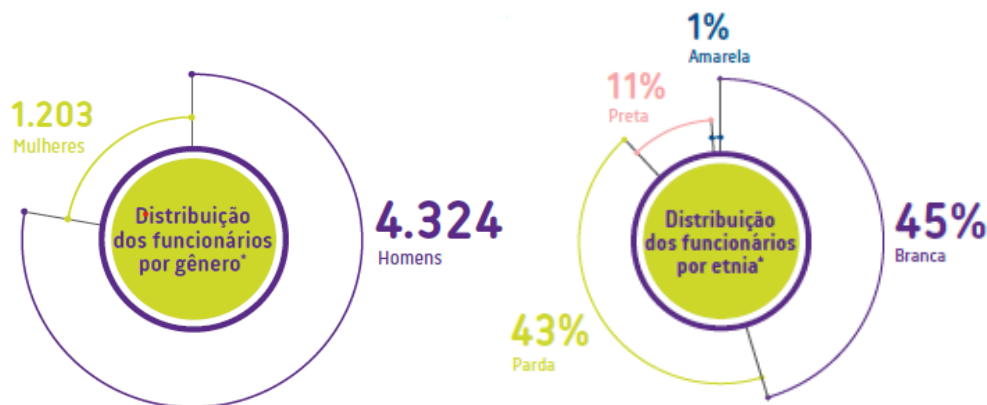
A BRK tem potencial razoável de geração de empregos diretos e indiretos, principalmente durante a fase de construção dos empreendimentos. Em 2020, a empresa contava com 5.527 funcionários diretos e outras 4.926 terceirizados.

³³ <https://sustentabilidade.brkambiental.com.br/artigo/reducao-das-emissoes-de-gee-e-um-compromisso-da-brk>

³⁴ <https://www.brkambiental.com.br/brk-e-os-ods>

No que concerne à diversidade e inclusão, a BRK possui o Programa “Diversifik”, o qual consolidou-se em meados de 2019 através de um Comitê de Diversidade e Inclusão. O programa estabeleceu metas em relação ao gênero, representatividade de mulheres em cargos de liderança e no quadro de funcionários, dentre outros. As figuras a seguir trazem a distribuição dos funcionários da BRK em 2020.

Figura 4 - Distribuição dos funcionários da BRK em 2020



Fonte 1 - Relatório ESG 2020 BRK

De acordo com a imagem é possível notar a má distribuição entre os gêneros dos funcionários na BRK. Enquanto o gênero masculino representa cerca de 78,23% do quadro de funcionários, o gênero feminino representa apenas 21,76% em relação ao quadro geral. Em relação aos cargos de liderança, o gênero masculino ocupa cerca de 75%, à medida que o gênero feminino compreende somente 25% do montante. No âmbito no Programa “Diversifik”, a empresa estabeleceu diversas metas, apresentadas a seguir.

Tabela 8 - Metas “Programa Diversifik”

Programa Diversifik	Metas
Gênero	<ul style="list-style-type: none"> 40% de mulheres em posições de liderança até 2024; 30% de mulheres no quadro de funcionários até 2024
Raça	<ul style="list-style-type: none"> Atingir 56% das contratações de candidatos negros até 2021 em vagas de estágio 40% de autodeclarados pretos ou pardos em posições de liderança até 2025
LGBTQI+	<ul style="list-style-type: none"> Trazer maior visibilidade em relação à Comunidade LGBTQI+, além de externar o compromisso da empresa com a causa, a fim de tornar-se referência em até 2023.
PCD	<ul style="list-style-type: none"> Ocupar 5% das vagas globais com PCDs em até 2025

Fonte - Relatório ESG 2020 BRK

No que tange à raça, a meta proposta é a de maior alcançabilidade, já que a distribuição étnica em relação aos funcionários pardos e negros já alcança 54% do total.

Além de desenvolver atividades de baixo impacto em termos paisagísticos, a empresa promove ações para proteger e recuperar nascentes e mananciais no entorno de suas unidades, a exemplo do plantio de mudas. O relacionamento com as comunidades locais, é pautado em sua Estratégia de Sustentabilidade e Atuação Socioambiental. A Estratégia estabelece que a empresa deve estudar as regiões onde irá atuar para entender as dinâmicas das populações locais. Com isso, são traçados planos de engajamento com a sociedade, envolvendo: capacitação para geração de emprego e renda; treinamentos e estímulo ao empreendedorismo e a práticas socioambientais; e incentivo à contratação de mão de obra local para os empreendimentos. A empresa não

realiza reassentamentos, para os casos de desapropriação, segue as determinações da justiça.

A fim de reafirmar a qualidade da empresa em relação à gestão dos processos realizados em suas unidades, faz-se o uso de Sistemas de Gestão. Por conta do desempenho de seus sistemas de gestão, a BRK Ambiental possui certificações ISO em sete unidades, apresentadas a seguir.

Figura 5 - Sistemas de Gestão e Certificações BRK

Unidade	ISO 9001	ISO 14001	ISO 17025	ISO 45001
Cachoeiro do Itapemirim (ES)	✓	✓	✓	✓
Jaguaribe (BA)	✓	✓		✓
Limeira (SP)	✓		✓	
Mauá (SP)	✓			
RMR (PE)	✓	✓		
Saneatins (TO)	✓	✓	✓	✓
Rio das Ostras (RJ)			✓	
Certificações BRK (em relação ao total de Unidades existentes)	25%	17%	17%	13%
Representatividade na ROL da BRK	48%	40%	30%	24%

Fonte - <https://sustentabilidade.brkambiental.com.br/artigo/certificacoes-dos-sistemas-de-gestao-qualidade-meio-ambiente-seguranca-e-saude>

Como pode-se observar, sete unidades da companhia possuem o Sistema de Gestão da Qualidade certificado ISO 9001, 14001, 17025 e 45001. Isto posto, faz-se claro que as unidades mais significativas para a produção de receita líquida, incluindo as sete unidades citadas na tabela acima, estão dentro dos padrões internacionais de qualidade. Dá-se destaque à Unidade de Cachoeiro de Itapemirim pelo fato de no ano de 2021 ter sido recertificada para mais um ciclo de três anos do ISSO 9001, além de ter conquistado o ISO 45001 e a recertificação do ISO 14001.

A BRK possui um Programa de *Compliance*, cujo objetivo é promover ética, integridade e transparência em sua cadeia de suprimentos – constituída por prestadores de serviços de obras e fornecedores de materiais e equipamentos. No Código de Conduta Ética para Fornecedores e nos Contratos de Prestação de Serviços, a empresa exige que os contratados cumpram diversas condicionantes socioambientais, como: coibir discriminação, trabalho escravo e infantil; e agir em prol do meio ambiente, respeitando a legislação aplicável.

A empresa também conta com um Sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho robusto, com diretrizes de Segurança do Trabalho, Saúde e Regras de Segurança³⁵. De acordo com o Relatório ESG de 2020 da BRK, em 2020, o número de acidentes de alto risco diminuiu 44% na comparação com o ano de 2018. No mesmo período, houve redução de 35% na taxa de frequência dos acidentes e de 24% na frequência de acidentes com afastamento. Ademais, a empresa possui PPRA, PCMSO e Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) para suas unidades. Além disso, realiza Diálogos Diários de Segurança (DDS) com colaboradores e prestadores de serviços.

³⁵<https://sustentabilidade.brkambiental.com.br/artigo/a-brk-possui-o-sistema-de-gestao-do-trabalho-seguro-em-todas-as-unidades-para-mitigar-riscos>

• Governança

Desde 2017, a companhia faz parte da Rede Brasil do Pacto Global. A participação no Pacto Global tem por objetivo reafirmar o alinhamento em relação as ODS, aos direitos humanos, à necessidade de práticas ligadas a adaptação, resiliência e mitigação climáticas e ao combate à corrupção.

Em relação à estrutura de governança, a empresa possui órgãos que detêm a incumbência de avaliar de forma ininterrupta os planos relacionados a estratégias de negócios, aos mecanismos de gestão de riscos, entre outros. Isto posto, a estrutura é formada pelos Comitês do Conselho (Financeiro e de Investimento; Pessoas e Organização), Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

O conselho de Administração é considerado o de mais alta deliberação pois está diretamente ligado ao Estatuto Social e em relação ao Acordo dos Acionistas. À vista disso, o conselho é formado por sete conselheiros não independentes, sendo 5 homens, representando aproximadamente 72% do total, e duas mulheres, representando aproximadamente 28%.

A companhia, desde 2018, possui um programa de controle interno alinhado à seção 404 da lei norte-americana Sarbanes–Oxley (SOX) que tem por objetivo prevenir, detectar e corrigir desconformidades. O programa mapeia macroprocessos e controles-chave a fim de aumentar a efetividade operacional, além de auxiliar na área de Auditoria Interna. A Auditoria Interna avalia de maneira sistemática a eficiência dos processos de gerenciamento, controle e governança, além de auxiliar nas questões relacionadas a riscos e a controles estratégicos.

A BRK possui um Código de Conduta Ética Profissional de Funcionários que define os princípios e as normas a serem adotadas por todos os seus funcionários. Além do Código de Funcionários, a BRK também possui o Código de Conduta Ética para Fornecedores, que estabelece as regras que devem pautar a conduta ética e socioambiental dos fornecedores e terceiros que se relacionam com a empresa.

Ainda, a BRK Ambiental possui uma Política Antissuborno e Anticorrupção (SGAS) que prevê padrões elevados de integridade, legalidade e transparência para seus funcionários e terceiros. Doações a partidos políticos, campanhas políticas e/ou candidatos a cargos públicos são proibidas pela Política, conforme legislação em vigor. No ano de 2021, a empresa recebeu a certificação ISO 37001, que busca ofertar requisitos, informação e orientação acerca da implementação, melhoria e até análises críticas para a elevação do sistema antissuborno da empresa. Portanto, ampliando a reputação da empresa diante ao mercado e à sociedade e a credibilidade entre os *stakeholders*.

Ademais, no âmbito do Programa de Compliance da BRK, a empresa dispõe de um Canal Confidencial, gerenciado por uma empresa externa, para lidar com denúncias de casos de práticas ilegais e antiéticas. Os casos são encaminhados para a auditoria interna da companhia e são investigados e acompanhados diretamente pela Diretoria. Desde a implementação do Programa, em 2017, não foram detectados casos de corrupção ou fraude na BRK.

Controvérsias

Foi feita uma pesquisa acerca de eventos que tenham ocorrido envolvendo a BRK Ambiental e que tenham gerado repercussão negativa na mídia. As controvérsias são apresentadas a seguir.

Ambiental	Nível de Severidade	Responsividade
<p>Dez/21: Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (IMA/AL) multa BRK por lançamento de efluente não tratado no município de Pilar, no interior de Alagoas.</p>	<p>Significativa: O Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (IMA/AL) constatou o lançamento de efluentes in natura de Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) da BRK Ambiental, no afluente do Rio Manguaba no município de Pilar (AL). As ETEs foram embargadas e a BRK multada em R\$ 34.670,59.</p> <p>Ainda segundo o órgão ambiental, as ETEs – Benedito Cavalcante e Rubens Canuto estavam funcionando sem licença ambiental e outorga pra lançamento de efluente. No local, os fiscais identificaram o ponto final do recebimento de esgoto, que fica em uma ligação clandestina, e a saída para um córrego.</p>	<p>Remediativa: De acordo com a reportagem, a BRK informou ao órgão ambiental que as Estações estavam inativas e que todo efluente que chegava lá era levado ao emissário submarino.</p> <p>Ainda, por meio de nota ao noticiário, a BRK Ambiental informou que assumiu a "operação das ETEs em condições adversas e vem adotando todas as ações corretivas necessárias para a mais adequada operação". A BRK ainda disse que está cumprindo o prazo de até 2 anos para regularização total das unidades. O prazo foi estabelecido no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). "A empresa informa ainda que irá recorrer da multa e que está comprometida com a melhor prestação de serviços à Região Metropolitana de Maceió", diz trecho da nota.</p> <p>Em entrevista realizada via e-mail, a BRK informou que o Instituto de Meio Ambiente de Alagoas (IMA) realizou o embargo da estação após uma vistoria na instalação das ETEs, na qual identificou a presença e o lançamento de esgoto sem tratamento. Após o embargo, todo o esgoto passou a ser enviado, com caminhão limpa-fossa, para tratamento no emissário submarino (Maceió), até que fossem concluídas todas as ações de recuperação das estações, as quais foram finalizadas em fevereiro/22</p>

Social	Nível de Severidade	Responsividade
<p>Março/22: Deputada estadual cobra da BRK Ambiental a regularização do abastecimento de água na Barra de Santo Antônio, na região Norte de Alagoas.</p>	<p>Muito significativo: A falta de água atinge os municípios de Barra de Santo Antônio, Paripueira, e Marechal Deodoro, além do bairro Riacho Doce, em Maceió. A situação foi relatada pela deputada estadual Cibele Moura (PSDB) durante a sessão da Assembleia Legislativa no dia 17 de fevereiro.</p>	<p>Remediativa: De acordo com a reportagem, uma representante de área de relações institucionais e governamentais da BRK entrou em contato com a deputada e assegurou que a empresa resolveria o problema.</p> <p>Em entrevista realizada via e-mail, a BRK informou que realizou uma reunião com a chefe de gabinete da Deputada Cibele Moura (PSDB), na qual foram tratadas as questões sobre Riacho Doce, inclusive com líderes comunitários e residentes do bairro. Também foram tratados temas de falta de água em Marechal, Paripueira e Barra de Santo Antônio. Segundo a BRK, para o mesmo dia foi marcada uma visita técnica para diagnóstico operacional.</p>

Nov/2021: Moradores da parte alta de Maceió ficaram mais de 15 dias sem água

Muito significativo: A população residente na parte alta de Maceió, que está há dias sem água, tem feito protestos a fim de chamar a atenção das autoridades. No bairro Benedito Bentes, os moradores de um conjunto fecharam um trecho da rodovia Ecovia Norte em protesto contra a falta de água na localidade.

Remediativa: Em nota, a BRK informou que montou uma força-tarefa para atender os bairros afetados pela paralisação do Sistema Aviação. A empresa informou também que está disponibilizando, por dia, mais de 125 mil litros de água via caminhões pipa. O abastecimento prioriza unidades de serviços essenciais, como escolas, asilos, postos de saúde e outros, além de pessoas acamadas, conforme estabelecido pela Arsal (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas).

Em resposta enviada por e-mail, a BRK informou que as interrupções de abastecimento ocorreram por conta da ruptura de uma das adutoras pertencentes ao sistema Aviação.

As adutoras são tubulações de grandes proporções responsáveis pelo transporte de água entre os mananciais e os reservatórios e, por isso, fazem parte do sistema de captação de água, sob responsabilidade da CASAL (Companhia de Saneamento de Alagoas) por força do Contrato de Concessão e Contrato de Interdependência.

É responsabilidade da BRK prover o abastecimento (reservação e distribuição). No entanto, segundo informado pela empresa, ciente das limitações da CASAL e diante dos impactos negativos na população de Maceió, a BRK adotou providências para garantir a pronta regularização do serviço.

Atualmente, a situação de abastecimento de água se encontra regularizada.

Governança	Nível de Severidade	Responsividade
Mar/2022: Senadores da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle (CTFC) cobraram mais transparência na prestação de contas e eficiência nos serviços de água e esgoto da concessionária BRK Ambiental, na região metropolitana de Maceió	Significativo: O leilão da concessão ocorreu em setembro de 2020, dois meses após a promulgação da Lei 14.026/2020 (Novo Marco do Saneamento Básico), e refere-se a serviços a serem prestados em Maceió e mais 12 municípios da região metropolitana. No entanto, a má prestação de serviços tem sido constantemente relatada ao Procon por moradores de diversas localidades da região. Os munícipes relatam o desabastecimento de água por longos períodos de tempo. A falta de água atingiu até unidades de saúde que tiveram que suspender o seu atendimento em plena pandemia. Ainda, após o	Defensiva: De acordo com a reportagem, na audiência o diretor presidente da BRK Ambiental, Fernando Mangabeira Albarnaz, afirmou que a empresa cumpriu todas as suas obrigações licitatórias e realizou o pagamento da outorga como previa o contrato. Ainda, Albarnaz disse não ter dúvidas de que a empresa vai conseguir cumprir com todas as suas obrigações e oferecer serviço de água e saneamento de qualidade à população da região. O presidente afirmou, ainda, que as dificuldades iniciais para operação dos serviços também ocorreram devido a dificuldades estruturais junto à Companhia de Saneamento de Alagoas (CASAL).

fechamento do contrato de concessão, houve 8% de aumento na conta de água do consumidor.

Em resposta enviada por e-mail, a BRK informou que a audiência pública foi realizada no dia 11 de março de 2022 na sede da Casa da Indústria, em Maceió. A audiência teve como objetivo discutir os termos do leilão da Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal) para concessão dos serviços de distribuição de água e esgotamento sanitário de 13 cidades da Região Metropolitana de Maceió (RMM), bem como discutir futuras concessões pretendidas pelo Governo de Alagoas.

A BRK informou que, na audiência, esclareceu que cumpriu com todas as obrigações previstas no rito licitatório e em contrato. Também foi explicitado o plano de investimento para os próximos anos e esclarecimentos sobre quais são as responsabilidades de cada ente (CASAL/BRK). Sobre as questões de falta de água, a BRK prestou os esclarecimentos sobre a resolução da crise Sistema Aviação, reforçando que entende as dificuldades e que está comprometida com a resolução dos problemas.

Set/21: BRK Ambiental é investigada pela Comissão Especial de Inquérito (CEI) em Macaé, no Rio de Janeiro.

Significativo: A BRK Ambiental, empresa responsável pelo contrato de Esgotamento Sanitário em sistema de Parceria Público-Privada (PPP) com a Prefeitura de Macaé, que possui prazo de 30 anos e valor de contrato de R\$634.692.000,00 vem sendo pauta nas sessões das Câmara dos Vereadores de Macaé, por conta de serviços ineficientes como asfalto de qualidade duvidosa, obras inacabadas, atrasos e cobranças indevidas.

Remediativa: De acordo com a reportagem, a BRK foi questionada quanto à modalidade do contrato e os atrasos nas obras. A assessoria de imprensa respondeu que "Sobre o assunto em questão, a BRK encontra-se à disposição da Câmara Municipal para os esclarecimentos necessários com relação a prestação dos serviços em Macaé".

Em resposta enviada por e-mail, a BRK informou que foram instituídas duas CPIs, as quais pretendem acompanhar e apurar irregularidades no contrato da BRK, motivos de não cumprimento de metas estabelecidas em contrato e outras supostas irregularidades.

A primeira CPI, instituída pela Resolução 2001/2021, em 24 de agosto de 2021, para apurar os fatos descritos no requerimento nº434/2021: "notícias de irregularidades referentes ao contrato de parceria público privada elaborado entre a prefeitura Municipal de Macaé e a atual empresa prestadora dos serviços BRK Ambiental". Prazo de 90 dias, prorrogável por mais 90.

Já a segunda CPI foi instituída em 15 de março pela Resolução 2.006/2022 pela Câmara Municipal no Diário Oficial do Município de Macaé,

instituindo novamente comissão para investigar o Contrato de PPP (parceria público privada) a partir de 09 de março de 2022, pelo prazo de 90 dias com possibilidade de prorrogação por igual período.

CEI/CPI em fase de oitivas. A BRK informou que não foi chamada para falar e também não recebeu requerimentos solicitando informações.

Anexo I – Relevância dos serviços de saneamento básico

O fornecimento dos serviços de saneamento básico demanda grandes investimentos em infraestrutura e, conseqüentemente, obras civis massivas. Por outro lado, essas obras fomentam o desenvolvimento socioeconômico à medida que levam ao aumento da oferta de empregos e à expansão da renda da população.

De forma ampliada, o investimento em saneamento gera impactos econômicos diretos, indiretos e induzidos em nível nacional, mas, principalmente, em nível local. Dados do Instituto Trata Brasil de 2018 demonstram que os 11,4 bilhões de reais investidos por ano em saneamento entre 2004 e 2016 geraram em média 142 mil empregos e uma renda de 13,6 bilhões por ano³⁶.

Além do fator econômico, o investimento em Saneamento Básico provoca impacto na saúde da população atendida e uma economia no sistema público de saúde. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 800 mil pessoas morrem a cada ano de diarreia, como resultado da ingestão água inapropriada para consumo, carência de serviços de saneamento básico e higiene das mãos³⁷. Ainda, de acordo com a OMS, a cada R\$ 1,00 investido em saneamento há uma economia de R\$ 4,00 para a saúde pública. Isso ocorre porque a falta de acesso ao saneamento básico é a causa base de doenças gastrointestinais e doenças transmitida pelo *Aedes aegypti*, como dengue, Zika, Febre Amarela e Chikungunya.

Em 2017, 15,1% e 35,9% da população brasileira residia em domicílios sem acesso a rede de distribuição de água e rede coletora de esgoto, respectivamente. Entre o grupo mais pobre, com Paridade do Poder de Compra (PPC)³⁸ abaixo de USD 5,5 por pessoa por dia, esse percentual é ainda mais crítico, sendo 25,8% e 55,6% da população não atendida por serviço de água e esgoto, respectivamente³⁹.

Em 2020, 15,9% da população brasileira não possuía acesso à água, o equivalente a 33.102.066 pessoas. Já a parcela da população sem coleta de esgoto era de 45,0%, correspondente a 93.938.133 pessoas, segundo dados do Painel de Saneamento, do Instituto Trata Brasil⁴⁰. No país, além da lacuna no oferecimento dos serviços, há uma desigualdade regional, estando a população com menor acesso a estes serviços, concentrada na região Norte e Nordeste (Tabela 9).

Tabela 9 - População sem acesso a serviços de saneamento (2020)

Região geográfica	População sem acesso à água (% da população) em 2020	População sem coleta de esgoto (% da população) em 2020
Norte	41,1	86,9
Nordeste	25,1	69,7

³⁶ https://tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/beneficios/Press_Release_-_Benef%C3%ADcios_do_saneamento_no_Brasil.pdf

³⁷ <https://www.who.int/health-topics/water-sanitation-and-hygiene-wash>

³⁸ A Paridade do Poder de Compra - PPC é utilizada para comparar o poder de compra entre diferentes países, ou moedas, e é utilizada como alternativa à taxa de câmbio, que, em geral varia com mudanças nos índices de preços e mesmo a volatilidade do mercado de capitais e especulação. O fator de conversão de PPC é o número de unidades da moeda de um país necessárias para comprar a mesma quantidade de bens e serviços no mercado interno como dólares comprariam nos Estados Unidos. A taxa de conversão da PPC para consumo privado calculada pelo Programa de Comparação Internacional (ICP na sigla em inglês) era de R\$ 1,66 para US\$ 1,00 no ano de 2011. Para chegar às linhas utilizadas aqui, os valores em dólar são convertidos em reais, tornados mensais e deflacionados pelo IPCA no nível das regiões até o ano mais recente (2017).

³⁹ <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>

⁴⁰ <https://www.painelsaneamento.org.br/localidade?id=0>

Sudeste	8,7	19,5
Sul	9,0	52,6
Centro-Oeste	9,1	40,5

Fonte - Painel do Saneamento (Instituto Trata Brasil)

A disparidade da renda e escolaridade das pessoas com saneamento e sem acesso a esses serviços é também crítica, como pode-se observar a seguir.

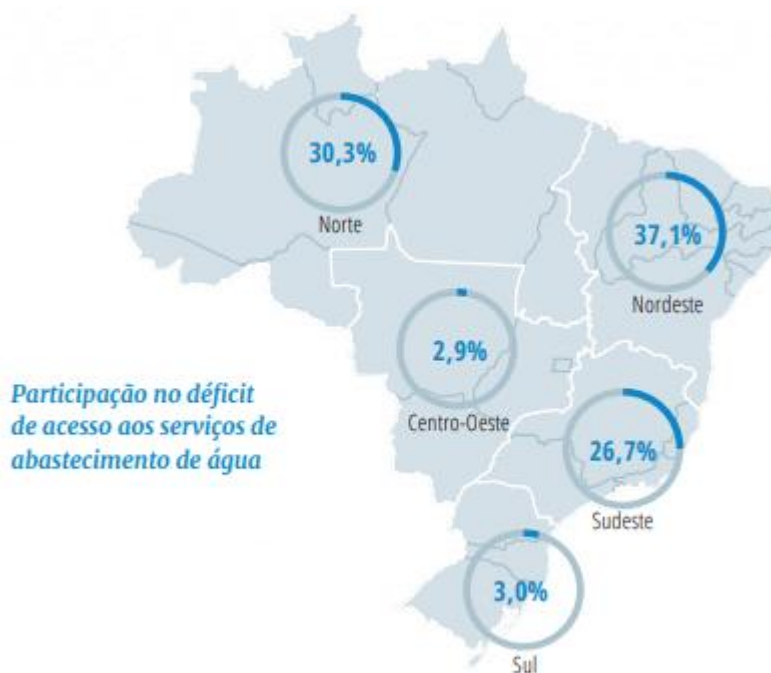
Tabela 10 - Disparidade de renda e escolaridade de pessoas com acesso a saneamento em 2019

Em 2019	Com saneamento	Sem saneamento
Renda das pessoas (R\$ por mês)	3.028,06	514,99
Escolaridade (anos de educação formal)	9,23	5,34

Fonte - Painel do Saneamento (Instituto Trata Brasil)

Em termos de disparidade de serviços de saneamento básico oferecidos no Brasil, a população que não é atendida com rede de distribuição de água representa um déficit no abastecimento, como mostra a Figura 6 a seguir⁴¹.

Figura 6 - Déficit populacional com abastecimento de água por regiões geográficas em 2020



Fonte - Panorama do Saneamento Básico no Brasil, SNIS 2021

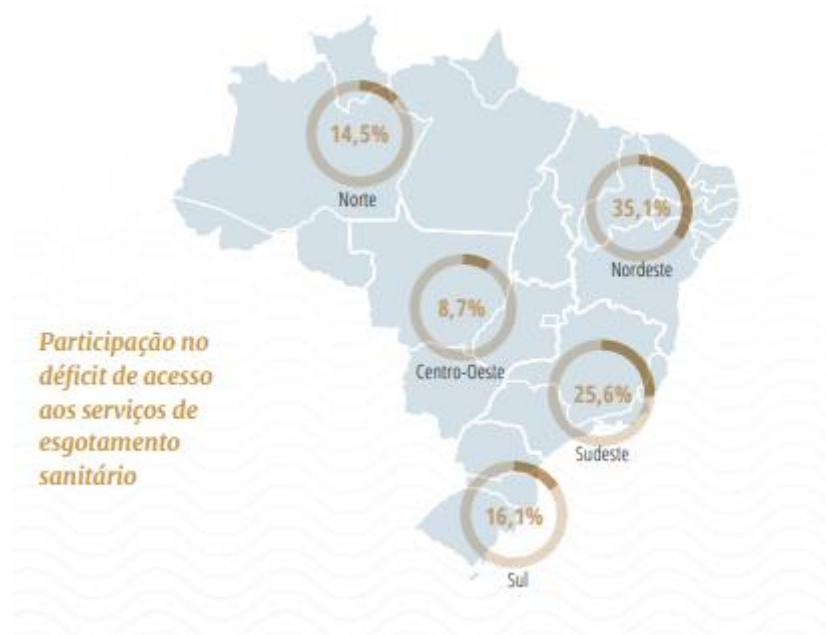
Por meio da análise do déficit da população que não possui acesso aos serviços de abastecimento de água, é possível analisar o cenário de cada região geográfica brasileira e avaliar a necessidade de investimento.

Em relação ao esgotamento sanitário, a disparidade regional é também crítica. A região Nordeste é a que possui maior déficit populacional de coleta de esgoto, como ilustrado a seguir⁴².

⁴¹ http://www.snis.gov.br/downloads/panorama/PANORAMA_DO_SANEAMENTO_BASICO_NO_BRASIL_SNIS_2021.pdf

⁴² http://www.snis.gov.br/downloads/panorama/PANORAMA_DO_SANEAMENTO_BASICO_NO_BRASIL_SNIS_2021.pdf

Figura 7 – Déficit populacional com coleta de esgoto por regiões geográficas em 2020



Fonte – Panorama do Saneamento Básico no Brasil, SNIS 2021

Além do baixo índice de acesso aos serviços de água e esgoto, existem também problemas em relação à qualidade do serviço. 83% da população conectada à rede de abastecimento de água sofre com interrupção e problemas de qualidade da água. Em relação ao esgoto, apenas 45% dos domicílios ligados à rede de coleta de esgoto tem seu efluente tratado (Trata Brasil, 2018).

Em relação às perdas hídricas, de acordo com o Painel Saneamento, em 2019, o Brasil perdia cerca de 39,2% na distribuição⁴³. A perda na distribuição também leva a perdas no faturamento, as quais atingiram 37,4% no mesmo ano. Ao compararmos os indicadores de perdas de água no Brasil com os padrões internacionais, observa-se que o sistema de abastecimento ainda apresenta grande lacuna em termos de eficiência. A média nacional das perdas de faturamento total em 2019 foi de 40,58%, 25 pontos percentuais acima da média dos países desenvolvidos, que é de 15%, e 5 pontos percentuais acima da média dos países em desenvolvimento, que é de 35%⁴⁴.

Um olhar mais próximo das condições sanitárias dos municípios atendidos pela BRK, mostra uma situação de riscos críticos à saúde humana, como pode ser visto a seguir.

Tabela 11 - Indicadores sanitários considerando a média dos municípios atendidos pelos projetos elegíveis

Indicador	Resultado do indicador
População com acesso a serviço de abastecimento de água <i>Fonte: SNIS, 2020.</i>	4.708.248,00
População com acesso a serviço de coleta e tratamento de esgoto <i>Fonte: SNIS, 2020</i>	2.854.060
Média da taxa de mortalidade infantil dos municípios <i>Fonte: IBGE Cidades, dados de 2019</i>	13,62
% de municípios com taxa de mortalidade infantil acima da nacional	57,14%

⁴³ https://www.painelsaneamento.org.br/explore/indicador?SE%5Bg%5D=1&SE%5Bs%5D=13&SE%5Bid%5D=IN_PERDA

⁴⁴ https://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/Perdas_d%C3%A1gua/Estudo_de_Perdas_2021.pdf

<i>Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE Cidades, dados de 2019⁴⁵</i>	
Médias das internações por diarreia (a cada 1000 habitantes) <i>Fonte: IBGE Cidades, dados de 2016</i>	1,06
% de municípios com taxa de internação por diarreia acima da nacional <i>Fonte: elaboração própria a partir de dados do Painel Saneamento, dados de 2016⁴⁶</i>	21%

Fonte – SNIS, IBGE Cidades e Painel Saneamento do Instituto Trata Brasil.

* Em 2019, a taxa de mortalidade infantil no Brasil em 2019 foi de 11,94 óbitos a cada mil nascidos vivos.

Como visto, 57,14% desses municípios têm a taxa de mortalidade infantil maior do que a média nacional, que, em 2019, era de 11,94 óbitos a cada mil nascidos vivos. Os municípios do estado do Tocantins, como Dianópolis e Peixe, possuem as maiores taxas de mortalidade infantil com 29,52 e 22,9 óbitos a cada mil nascidos vivos, respectivamente. A maioria dos casos de mortalidade infantil são por causas evitáveis. Dentre as principais causas pode-se citar a contaminação por parasitas, que causam desnutrição e diarreia. Em relação à população geral, a média das taxas de internações por diarreia a cada 1.000 habitantes dos municípios atendidos pela BRK é de 2,51, sendo a média brasileira de 1,01 em 2019, como mencionado anteriormente na [seção Opinião](#) deste parecer.

A Tabela abaixo mostra indicadores socioeconômicos dos municípios atendidos pelos projetos elegíveis da BRK.

Tabela 12 - Renda dos municípios atendidos pelos projetos elegíveis

Renda	Média dos municípios atendidos pela BRK	Brasil
Percentual médio da população com rendimento até 1/2 salário mínimo <i>Fonte: IBGE Cidades, dados de 2010</i>	35,84%	35,07%
Média do salário mensal dos trabalhadores formais (por salário mínimo) <i>Fonte: IBGE Cidades e CEMPRE. Dados de 2019</i>	2,33	3,0*

* <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101833.pdf>

Considerando os dados de rendimento dos municípios em que os projetos elegíveis estão localizados, nota-se que os indicadores de renda dos municípios são piores dos que os do Brasil.

A desigualdade no acesso aos serviços de saneamento é um dos grandes fatores de perpetuação da desigualdade no país. O índice de Gini, que mensura a concentração de renda, passou de 0,6279 no quarto trimestre de 2019 para 0,640 no segundo trimestre de 2021, segundo levantamento da FGV⁴⁷. Essa desigualdade indica que são necessárias políticas estruturais de acesso a serviços básicos, geração de empregos e aumento da distribuição de renda, questões que estão dentro do alcance de impacto do investimento em infraestrutura e operação do escopo do saneamento básico.

Outro recorte importante para entender a relevância do benefício socioambiental do saneamento é o recorte de gênero. As mulheres desempenham trabalhos não

⁴⁵ Em 2019, a taxa de mortalidade infantil no Brasil em 2019 foi de 11,94 óbitos a cada mil nascidos vivos.

⁴⁶ A taxa de internações por diarreia no Brasil a cada mil habitantes foi calculada a partir de dados de internações por diarreia em 2016, de 275.084, e a população total em 2016 (206.081.432). Assim, a taxa de internações por diarreia em 2016 foi 1,33

⁴⁷ <https://cps.fgv.br/destaques/fgv-social-lanca-pesquisa-desigualdade-de-impactos-trabalhistas-na-pandemia>

remunerados (doméstico e de cuidados da família) três vezes mais do que os homens. Assim, as mulheres são mais impactadas quando membros da família adoecem por acesso inadequado a serviços de água e esgotamento. Também devido a esse papel, as mulheres estão em maior contato físico com a água contaminada e com dejetos humanos quando a infraestrutura de saneamento é inadequada. Essa situação aumenta a contaminação delas por doenças gastrointestinais, que levam ao afastamento das atividades cotidianas, comprometendo renda, estudos e, conseqüentemente, igualdade de gênero na sociedade.

De acordo com estudo realizado pela BRK e pelo Instituto Trata Brasil “Mulheres e Saneamento”, em 2016, cerca de 15 milhões de mulheres não recebiam água tratada em suas residências e 12 milhões de brasileiras tinham acesso insatisfatório às redes de distribuição de água. Em relação à coleta de esgoto, 29,6 milhões de brasileiras não tinham acesso ao serviço, isso significa que uma a cada quatro mulheres vivia em situação precária do ponto de vista do saneamento básico.

Anexo II – Gestão de Recursos

Parte da 10ª emissão de debêntures refinanciará a 1ª série da 8ª emissão de debêntures da BRK. A 8ª operação foi emitida em duas séries em outubro de 2020. Ambas as séries foram rotuladas como sustentáveis, conforme o parecer pré-emissão elaborado pela SITAWI.

Dos recursos da 8ª operação, 100% da 1ª série e 39,22% da 2ª série já foram alocados (Tabela 13). Os recursos remanescentes da 2ª série serão alocados integralmente nos projetos até 2024, de acordo com o parecer independente de pós-emissão da 8ª operação, também emitido pela SITAWI⁴⁸.

Tabela 13 - Uso de Recursos da 8ª emissão de debêntures da BRK

Uso de Recursos da 8ª emissão de debêntures (Debênture Sustentável)				
Séries	Descrição do uso de recursos	Valor alocado por série	% das séries	Período de alocação
1ª série	Refinanciamento das 1ª, 5ª, 6ª e 7ª emissões de debêntures	767.190.000	96,5%	Out/2020
	Melhora de estrutura de capital da BRK	27.810.000	3,5%	Out/2020
Total da 1ª série		795.000.000	100%	-
2ª série	Reembolso de projetos elegíveis	119.633.274	39,22%	Out/2018 a dez/ 2020
	Custos de implantação dos projetos	185.366.726	60,78%	Até dez/2024
Total da 2ª série		305.000.000	100%	-

Fonte - Parecer Independente de Pós-emissão da 8ª emissão de debêntures da BRK

Cabe destacar que, apesar de os projetos que receberam recursos da 8ª emissão também serem objeto da 10ª emissão, não há sobreposição de recursos rotulados.

Além da 1ª série da 8ª emissão, os recursos da 10ª emissão serão destinados para o refinanciamento da 9ª emissão de debêntures da BRK e a 2ª emissão de debêntures da BRK CNP, empresa controladora da Saneatins.

Embora a 9ª emissão de debêntures da BRK não tenha sido rotulada, os seus recursos foram alocados nos projetos elegíveis descritos neste parecer (ver [seção III](#)). Os recursos da 2ª emissão de debêntures da BRK CNP também não foram caracterizados como sustentáveis, embora tenham sido alocados integralmente no projeto Saneatins (Tabela 14).

⁴⁸ <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/9ffe3afc-e8e3-4e62-9f49-04166095f065/f1920cd1-d0d7-a4cc-2d54-96df81ddcd90?origin=2>

Tabela 14 - Projetos elegíveis (investimentos realizados e futuros)

Investimentos nos projetos (R\$)			Outras emissões (não rotuladas) (R\$)		Valor dos projetos financiados por títulos sustentáveis (R\$)	
# Projeto	Nome	Realizados de 2018 a 2021	9ª emissão	2ª emissão (BRK - CNP)	2ª série da 8ª emissão	10ª emissão (gastos futuros)
Projeto 1	RMR	969.000.000	200.000.000	-	90.630.026	355.000.000
Projeto 2	Saneatins	660.000.000		250.000.000	55.115.309	
Projeto 3	Goiás	848.000.000		-	90.604.152	
Projeto 4	Macaé	146.000.000		-	21.731.068	
Projeto 5	Blumenau	77.000.000		-	2.572.817	
Projeto 6	Sumaré	138.000.000		-	26.143.711	
Projeto 7	Maranhão	131.000.000		-	6.640.667	
Projeto 8	Porto Ferreira	17.000.000		-	280.362	
Projeto 9	Mairinque	39.000.000		-	119.728	
Projeto 10	Uruguaiana	110.000.000		-	2.430.747	
TOTAL-		3.135.000.000	200.000.000	250.000.000	296.268.587	355.000.000
Σ Títulos sustentáveis		-				651.268.587

Fonte - Elaboração própria a partir de dados da BRK.

Analisando a Tabela acima, pode-se notar que os investimentos realizados no período de 2018 a 2021, bem como os gastos futuros da 10ª emissão superam o valor alocado em cada projeto com os recursos da 2ª série da 8ª operação.

A BRK comprovou que os gastos realizados no período de 2018 a 2021, bem como os recursos que serão alocados nos projetos no período de 2022 a 2025, conforme o plano de investimentos da empresa, superam o valor da 10ª emissão. Ainda, o valor total de investimentos nos projetos no período de 2018 a 2025 (R\$ 8.405.000 milhões) é superior ao valor total dos títulos sustentáveis (8ª e 10ª emissões da BRK). Conseqüentemente, não há riscos de sobreposição de recursos rotulados.

Por questões estratégicas, a BRK solicitou que os valores futuros a serem alocados nos projetos no período de 2022 a 2025 não fossem divulgados. Também vale mencionar que todos os projetos tiveram início em 2018 e estão previstos para serem finalizados em 2025.

Método

A análise da SITAWI é baseada em sua metodologia proprietária, fundamentada em *standards* reconhecidos internacionalmente. Ela é composta de três etapas:

- 1) Avaliação da emissão – o primeiro passo é avaliar se a emissão tem como objetivo contribuir com projetos que possuem potencial de impactos socioambiental positivo, condizente com a condição de Título Verde. Para isso, comparamos a emissão aos quatro componentes dos *Green Bond Principles (GBP)*:
 - Uso dos recursos (*use of proceeds*): propósito da emissão do título e alinhamento desse com as categorias dos *Green Bond Principles* e da *Climate Bonds Taxonomy*;
 - Processo de seleção e avaliação de projetos (*process for project evaluation and selection*): procedimentos utilizados na escolha de projetos, alinhamento desses projetos com a estratégia da companhia e benefícios ambientais gerados;
 - Gestão dos recursos (*management of proceeds*): procedimento para gestão financeira dos recursos captados, para garantir a destinação para projetos elegíveis a classificação de Título Verde;
 - Relato (*reporting*): Divulgação de informações sobre controle e alocação de recursos, bem como dos impactos positivos esperados dos projetos.
- 2) Performance ASG da Empresa – avaliamos a empresa de acordo melhores práticas de sustentabilidade por meio de standards reconhecidos internacionalmente, como GRI⁴⁹ e outros. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:
 - Políticas e práticas para medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ASG de suas atividades;
 - Contribuição da empresa para o desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas;
 - Controvérsias em que a empresa está envolvida.
- 3) Performance Socioambiental dos projetos – avaliamos o projeto com base no atendimento à legislação socioambiental brasileira e as melhores práticas contidas nos *IFC Performance Standards*⁵⁰ (IFC-PS) e outros padrões de sustentabilidade. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:
 - Processo de medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ambientais do projeto;
 - Contribuição do projeto para o desenvolvimento sustentável;
 - Controvérsias⁵¹ que o projeto está envolvido.

Essa análise é composta de 4 dimensões e 13 temas, priorizados de acordo com a materialidade de cada tema para os projetos:

⁴⁹ <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>

⁵⁰ https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards

⁵¹ O conceito de controvérsia é baseado na publicação “CONTROVÉRSIAS ASG 2016” (<https://www.sitawi.net/publicacoes/controversias-asg-2016-2/>). Que define controvérsias como fatos divulgados em veículos de mídia, manifestações de outros grupos de interesse, como grupos de trabalhadores e movimentos sociais, bem como decisões de órgãos fiscalizadores e reguladores.

Dimensão	Tema
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção e Conservação da Biodiversidade (IFC-PS nº6) • Gestão de Serviços de Ecossistemas (IFC-PS nº6) • Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos (apenas para agronegócio) (IFC-PS nº6) • Eficiência dos Recursos (IFC-PS nº3) • Prevenção da Poluição (IFC-PS nº3)
Comunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde e Segurança da Comunidade (IFC-PS nº4) • Impacto em comunidades tradicionais (IFC-PS nº7) • Reassentamento involuntário (IFC-PS nº5) • Impacto em sítios arqueológicos e culturais (IFC-PS nº8)
Trabalhadores	<ul style="list-style-type: none"> • Condições de Trabalho e Gestão da Relação com os Trabalhadores (IFC-PS nº2) • Proteção da Mão-de-Obra (IFC-PS nº2)
Gestão socioambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de gestão socioambiental (IFC-PS nº1) • Transparência (IFC-PS nº1)

Legendas

Dicionário de definições e classificações adotadas neste relatório.

Nível da Asseguração

Níveis de asseguração segundo a ISAE 3000.

Níveis de asseguração	
Razoável	<i>Uma avaliação na qual o risco de asseguração é aceitavelmente baixo dentro das circunstâncias do engajamento realizado. A conclusão é expressa de uma forma que transmite a opinião do profissional sobre o resultado da avaliação em relação aos critérios observados.</i>
Limitado	<i>Uma avaliação na qual o risco de asseguração do engajamento realizado é maior do que para um nível de asseguração razoável, porém ainda assim capaz de embasar os principais argumentos utilizados na análise.</i>

Nível de performance do projeto/empresa

●●●● Superior (4/4)

A empresa ou o projeto possui as melhores práticas naquela dimensão, se tornando referência para outras empresas no desempenho socioambiental/ASG por meio da busca de inovação e melhoria contínua, contribuindo assim de maneira relevante para o desenvolvimento sustentável, inclusive com compromissos de manter essa contribuição no longo prazo.

●●●○ Confortável (3/4)

O projeto ou a empresa cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico, além de estar alinhado com padrões internacionais de sustentabilidade (ex: IFC Performance Standards e GRI), contribuindo de forma ampla para o desenvolvimento sustentável.

●●○○○ Satisfatório (2/4)

O projeto ou a empresa cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.

●○○○○ Insuficiente (1/4)

O projeto ou a empresa não cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.

○○○○○ Crítico (0/4)

A empresa ou projeto não apresenta evidências de seu desempenho na dimensão específica.

Controvérsias

Nível de Severidade e Responsividade relacionado a controvérsias

Nível de Severidade	
Pouco significativo	<i>Descumpre a lei e/ou afeta aos Stakeholders, mas não causa danos ou causa dano mínimo que não necessitam de remediação.</i>
Significativo	<i>Descumpre a lei e/ou afeta negativamente aos stakeholders, mas a remediação dos impactos causados é simples e com custo pouco significativo para a empresa.</i>
Muito significativo	<i>Descumpre a lei e afeta negativamente os stakeholders, sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos.</i>
Crítico	<i>Descumpre a lei e afeta negativamente os stakeholders, sendo os danos irremediáveis ou de difícil e custosa remediação.</i>

Responsividade	
Proativa	<i>Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação. Adicionalmente, a empresa realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.</i>
Remediativa	<i>A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os stakeholders impactados.</i>
Defensiva	<i>A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.</i>
Não-responsiva	<i>Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia.</i>

Formulário Green and Social Bond Principles

Sustainability Bond

External Review Form

Section 1. Basic Information

Issuer name: BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK")

Sustainability Bond ISIN or Issuer Sustainability Bond Framework Name, if applicable: TBD

Independent External Review provider's name: SITAWI

Completion date of this form: 29/March/2022

Publication date of review publication: March/2024 (estimated)

Section 2. Review overview

SCOPE OF REVIEW

The review assessed the following elements and confirmed their alignment with the GBPs:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Use of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Process for Project Evaluation and Selection |
| <input checked="" type="checkbox"/> Management of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Reporting |

ROLE(S) OF REVIEW PROVIDER

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Second Party Opinion | <input type="checkbox"/> Certification |
| <input type="checkbox"/> Verification | <input type="checkbox"/> Scoring/Rating |
| <input type="checkbox"/> Other (please specify): | |

EXECUTIVE SUMMARY OF REVIEW and/or LINK to FULL REVIEW (if applicable)

According to SITAWI, the issuance is aligned with both the Green Bond Principles (GBP) and Social Bond Principles (SBP), and thus eligible to market as a Sustainability Bond.

78% (BRL 1,245 MM) of the net proceeds of the Bond will be directed to refinancing debts of the company related to its operations, namely the 1st tranche of the 8th debenture issuance (BRL 795 MM), the 9th debenture issuance (BRL 200 MM) and the 2nd debenture issuance (BRL 250 MM) of BRK CNP, a subsidiary of BRK Ambiental.

The other 22% (BRL 355 MM) of the net proceeds of the Bond will be directed to future investments up to 2025 in 10 sanitation projects (water treatment and distribution and sewage collection and treatment) located in more than 15 municipalities throughout the states of Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Maranhão, Pernambuco and Tocantins, in Brazil, or in other sanitation projects to be defined by BRK. BRK Ambiental is a company fully dedicated to sanitation services.

The total issuance amount eligible to this Second Party Opinion will be BRL 1.600 million, the offer will be under restricted efforts.

BRK's eligible projects have a comfortable environmental and social performance.

Section 3. Detailed review

1. USE OF PROCEEDS

Overall comment on section:

78% (BRL 1,245 MM) of the proceeds will be used to refinance debts related to BRK's operation, namely, the 1st tranche of the company 8th debenture issuance, the 9th debenture issuance and the 2nd debenture issuance of BRK CNP, a subsidiary of BRK Ambiental.

Both the 1st and 2nd tranche of the 8th issuance (BRL 1,100 MM) were labeled as sustainable bonds. However, the 9th issuance (BRL 200 MM) and the 2nd issuance (BRL 250 MM) were not labeled as sustainable bonds.

The other 22% (BRL 355 MM) of the proceeds will be allocated to 10 sanitation projects that aim to expand and optimize the water treatment and distribution and the sewage collection and treatment systems in the states of Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Maranhão, Pernambuco and Tocantins, in Brazil, or in other sanitation projects to be defined by BRK. Part of the projects have already received proceeds from the 2nd tranche of the 8th debenture issuance, the 9th debenture issuance and from the 2nd debenture issuance of BRK CNP.

The sum of both labeled and not labeled issuances does not exceed the project's total costs.

Although guaranteed as a basic universal right as per the Brazilian constitution, more than half of the Brazilian population still lacks access to sanitation services.

The project aims to optimize the water treatment/distribution systems, as well as expand access to sewage collection and treatment in 8 different states in the Southern, Southeastern, Northern, Northeastern and Central-Western in Brazil. Specially the Northern and Northeastern regions which have mostly poor sanitation services.

These objectives contribute to management of water resources, decreasing water pollution and providing basic infrastructure for those in vulnerable situation. Hence, these objectives, with environmental and social additionalities, fall under the GBP and SBP, and as predicted by the Sustainability Bond Guidelines, the issuance is thus eligible for obtaining the Sustainable Bond Label.

Use of proceeds categories as per GBP:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Renewable energy | <input type="checkbox"/> Energy efficiency |
| <input checked="" type="checkbox"/> Pollution prevention and control | <input type="checkbox"/> Sustainable management of living natural resources |
| <input checked="" type="checkbox"/> Terrestrial and aquatic biodiversity conservation | <input type="checkbox"/> Clean transportation |
| <input checked="" type="checkbox"/> Sustainable water management | <input type="checkbox"/> Climate change adaptation |

- Eco-efficient products, production technologies and processes
- Other (*please specify*):
- Unknown at issuance but currently expected to conform with GBP categories, or other eligible areas not yet stated in GBP

If applicable please specify the environmental taxonomy, if other than GBP:

Use of proceeds categories as per SBP:

- Affordable basic infrastructure
- Affordable housing
- Food security
- Unknown at issuance but currently expected to conform with SBP categories, or other eligible areas not yet stated in SBPs
- Access to essential services
- Employment generation (through SME financing and microfinance)
- Socioeconomic advancement and empowerment
- Other (*please specify*):

If applicable please specify the social taxonomy, if other than SBPs:

2. PROCESS FOR PROJECT EVALUATION AND SELECTION

Overall comment on section (if applicable):

The ten sanitation projects focus on improving water treatment and distribution services, reducing losses inherent to current system's infrastructure and universalizing the access to sanitation and sewage treatment.

The part of the issuance that will refinance other debts is also aligned with the company ESG strategy, since the proceeds of the debts were used to improve the company's capital structure.

BRK is one of the biggest sanitation companies in Brazil, with operations distributed across more than 100 municipalities in the country. The goals pursued by these projects and their investments are aligned with BRK's institutional activity.

Both at issuer and project level, no critical controversies were found. The company demonstrated responsiveness to all identified controversies.

Evaluation and selection

- Credentials on the issuer's social and green objectives
- Documented process to determine that projects fit within defined categories
- Defined and transparent criteria for projects eligible for Sustainability Bond proceeds
- Documented process to identify and manage potential ESG risks associated with the project

- Summary criteria for project evaluation and selection publicly available
- Other *(please specify)*:

Information on Responsibilities and Accountability

- Evaluation / Selection criteria subject to external advice or verification
- In-house assessment
- Other *(please specify)*:

3. MANAGEMENT OF PROCEEDS

Overall comment on section *(if applicable)*:

78% (BRL 795 MM) of the proceeds will be directed to refinancing debts related to costs of BRK's operation, namely, the 1st tranche of the 8th debenture issuance, the 9th debenture issuance and the 2nd debenture issuance of BRK CNP, a subsidiary of BRK Ambiental.

The other 22% (BRL 355 MM) will be directed to fund costs related to the extension and optimization of the sanitation systems in 8 states of Brazil. This part of the issuance does not exceed the projects' costs, considering future investments from 2022 to 2025 in the projects.

The proceeds will be managed by BRK's Financial Department until their complete allocation. While held in BRK's accounts, the proceeds will be invested in cash or cash equivalent instruments, therefore representing a very low risk to contribute to brown economy projects.

The issuance amount is BRL 1,600 MM. BRK estimates that the proceeds will be fully allocated into project until 2025.

Tracking of proceeds:

- Sustainability Bond proceeds segregated or tracked by the issuer in an appropriate manner
- Disclosure of intended types of temporary investment instruments for unallocated proceeds
- Other *(please specify)*:

Additional disclosure:

- Allocations to future investments only
- Allocations to both existing and future investments
- Allocation to individual disbursements
- Allocation to a portfolio of disbursements
- Disclosure of portfolio balance of unallocated proceeds
- Other *(please specify)*:

4. REPORTING

Overall comment on section *(if applicable)*:

BRK will annually disclose on its website the audited financial statements, where it intends to report the allocation of proceeds.

In addition, BRK will disclose annually, on its Sustainability Report, the main environmental and social benefits indicators, with detailed proceeds allocation and environmental and social benefit of the issuance until the maturity of the bond.

The socioenvironmental benefit indicators for water and wastewater to be reported are: volume treated; benefited population; population served, average percentage of the population of the municipalities served, number of families served, efficiency of sewage treatment, percentage of water loss, percentage of municipalities with infant mortality rates above the national average, average hospitalization rate due diarrhea in the municipalities (per 1000 inhabitants), average percentage of population with income up to ½ minimum wage; average monthly salary of formal workers (per minimum wage), added treatment volume (sewage: m³/h , water: l/s), increase in average percentage of population served.

The environmental licenses status will also be included in the annual report.

Use of proceeds reporting:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Project-by-project | <input checked="" type="checkbox"/> On a project portfolio basis |
| <input checked="" type="checkbox"/> Linkage to individual bond(s) | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

Information reported:

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Allocated amounts | <input type="checkbox"/> GB financed share of total investment |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

Frequency:

- | | |
|---|--------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Annual | <input type="checkbox"/> Semi-annual |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

Impact reporting:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Project-by-project | <input checked="" type="checkbox"/> On a project portfolio basis |
| <input checked="" type="checkbox"/> Linkage to individual bond(s) | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

Frequency:

- | | |
|---|--------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Annual | <input type="checkbox"/> Semi-annual |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

Information reported (expected or ex-post):

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> GHG Emissions / Savings | <input type="checkbox"/> Energy Savings |
| <input type="checkbox"/> Decrease in water use | <input checked="" type="checkbox"/> Number of beneficiaries |
| <input type="checkbox"/> Target populations | <input checked="" type="checkbox"/> Other ESG indicators (<i>please specify</i>): additional indicators for water and wastewater are: volume treated; benefited population; population served, average percentage of the population of the municipalities served, number of families served, efficiency of sewage |

treatment, percentage of water loss, percentage of municipalities with infant mortality rates above the national average, average hospitalization rate due diarrhea in the municipalities (per 1000 inhabitants), average percentage of population with income up to ½ minimum wage; average monthly salary of formal workers (per minimum wage), added treatment volume (sewage: m³/h , water: l/s), increase in average percentage of population served.

Means of Disclosure

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Information published in financial report | <input checked="" type="checkbox"/> Information published in sustainability report |
| <input type="checkbox"/> Information published in ad hoc documents | <input type="checkbox"/> Other: |
| <input checked="" type="checkbox"/> Reporting reviewed: In the first year, or 24 months after issuance, report will be reviewed by SITAWI. | |

Where appropriate, please specify name and date of publication in the useful links section.

USEFUL LINKS (e.g. to review provider methodology or credentials, to issuer's documentation, etc.)

<https://www.brkambiental.com.br/> ; <https://www.ri.brkambiental.com.br/>

SPECIFY OTHER EXTERNAL REVIEWS AVAILABLE, IF APPROPRIATE

Type(s) of Review provided:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Second Party Opinion | <input type="checkbox"/> Certification |
| <input type="checkbox"/> Verification | <input type="checkbox"/> Scoring/Rating |
| <input type="checkbox"/> Other (please specify): | |

Review provider(s):

Date of publication: 25/03/2022

ABOUT ROLE(S) OF REVIEW PROVIDERS AS DEFINED BY THE GBP AND THE SBP

1. Second Party Opinion: An institution with sustainability expertise that is independent from the issuer may provide a Second Party Opinion. The institution should be independent from the issuer's adviser for its Sustainability Bond framework, or appropriate procedures such as information barriers will have been implemented within the institution to ensure the independence of the Second Party Opinion.

It normally entails an assessment of the alignment with the Principles. In particular, it can include an assessment of the issuer's overarching objectives, strategy, policy, and/or processes relating to sustainability and an evaluation of the

environmental and social features of the type of Projects intended for the Use of Proceeds.

2. Verification: An issuer can obtain independent verification against a designated set of criteria, typically pertaining to business processes and/or sustainability criteria. Verification may focus on alignment with internal or external standards or claims made by the issuer. Also, evaluation of the environmentally or socially sustainable features of underlying assets may be termed verification and may reference external criteria. Assurance or attestation regarding an issuer's internal tracking method for use of proceeds, allocation of funds from Sustainability Bond proceeds, statement of environmental or social impact or alignment of reporting with the Principles may also be termed verification.

3. Certification: An issuer can have its Sustainability Bond or associated Sustainability Bond framework or Use of Proceeds certified against a recognized external sustainability standard or label. A standard or label defines specific criteria, and alignment with such criteria is normally tested by qualified, accredited third parties, which may verify consistency with the certification criteria.

4. Green, Social and Sustainability Bond Scoring/Rating: An issuer can have its Sustainability Bond, associated Sustainability Bond framework or a key feature such as Use of Proceeds evaluated or assessed by qualified third parties, such as specialized research providers or rating agencies, according to an established scoring/rating methodology. The output may include a focus on environmental and/or social performance data, process relative to the Principles, or another benchmark, such as a 2-degree climate change scenario. Such scoring/rating is distinct from credit ratings, which may nonetheless reflect material sustainability risks